



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**USO DO TERRITÓRIO E IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA
MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA**

FERNANDO FLÁVIO LOPES SILVA

Belém-PA

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**USO DO TERRITÓRIO E IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA MINERAÇÃO
NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA**

FERNANDO FLÁVIO LOPES SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

Orientador:
Prof. Dr. Christian Nunes da Silva

Belém-PA

2016

FERNANDO FLÁVIO LOPES SILVA

**USO DO TERRITÓRIO E IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA MINERAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJAS - PA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do grau Mestre em Geografia. Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

Belém – PA, 15 DE Junho de 2016.

Data da Apresentação: 15/06/2016

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Universidade Federal do Pará – UFPA (PPGEO)
Belém - PA

Co-orientador: Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva
Universidade Federal do Pará – UFPA (PPGEO)
Belém - PA

Examinador externo: Prof. Dr. Alisson Gomes Monteiro
Faculdade Ideal - FACI
Belém - PA

Examinador interno: Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues
Universidade Federal do Pará – UFPA (PPGEO)
Belém - PA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus. Aos meus filhos Fernando Junior, Fernanda e Vitor Maués, por terem me incentivado a percorrer este caminho. À minha esposa Leomar Maués, por compartilhar angústias e dúvidas estendendo sua mão amiga. À minha mãe Jacirema “In memorian” e meu pai Ferdinand, ambos com muito sacrifício me deram educação e condições de estar hoje aqui em defesa de um sonho. Aos professores Christian Nunes e João Márcio Palheta, que por várias vezes não deixaram que abandonasse o “barco”. Enfim, a todos aqueles que de uma maneira ou de outra contribuíram para que este percurso pudesse ser concluído.

AGRADECIMENTOS

Somos gratos àqueles que sempre torceram por nós, àqueles que amamos, àqueles que, com um simples sorriso, nos fizeram acreditar no sonho. Àquelas pessoas que quando deveriam ser simplesmente professores foram mestres, que quando deveriam ser mestres, foram amigos e em sua amizade nos compreenderam e nos incentivou a seguir nosso caminho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, para dizer que não foi fácil chegar até aqui. Do processo seletivo, passando pela aprovação até a conclusão do Mestrado. Obrigado por este presente, por tudo que vi, ouvi e aprendi. Obrigado pela graça, pela vida, pela fé, em vencer mais uma etapa de nossa vida, pelos sonhos que se concretizaram.

A minha eterna gratidão aos professores João Márcio, Christian Nunes e Clay Anderson por terem sido amigos. À minha turma de pós-graduação, pela convivência e amizade, às pessoas com quem convivi nestes espaços ao longo destes dois anos, cada um com seu projeto de vida, suas pretensões seus sonhos. À minha família, por sua capacidade de acreditar em mim. A todos àqueles que de alguma forma estiveram e está próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

Agradeço e dedico esta conquista, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais Raimunda Jacirema Lopes Silva, “in memoriam” e Ferdinand Silva, minhas irmãs Sandra e Fátima, meus irmãos Edson e Francisco, à minha neta Ana Flávia, à minha nora Drielle.

Ao Pai Eterno, que sempre esteve ao meu lado nos momentos difíceis, nas quedas e fraquezas, nas lutas e controvérsias. Obrigado pela graça, pela vida, por ser luz em nosso caminho. Vencemos mais uma etapa de nossas vidas. Buscamos e conquistamos o sonho que foi plantado e semeado por Deus. E renovando a confiança que temos em teu nome pedimos que continue a nos guiar em nossa

caminhada, pois mais importante que o lugar que ocupa em mim, é a intensidade de
Tua presença em tudo que faço.

Mais uma vez obrigado!

A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo.

Albert Einstein

RESUMO

O estudo que propomos neste trabalho tem por objetivo mostrar a realidade territorial no município de Canaã dos Carajás (Pará), partindo da exploração mineral e os reflexos socioespaciais naquele território, tendo como base de pesquisa a relação direta do aumento de arrecadação de impostos e a expansão das ações delituosas nos últimos anos (2008 a 2014). Considerando que o território é uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano (RATZEL, 1871), que se expressa de várias formas, alguns migram atrás de oportunidades, por uma vida digna; outros, entretanto, praticam atividades ilícitas e é sobre este contraste, ou seja, o enriquecimento do município por meio de impostos e por outro lado o crescimento da pobreza e a insegurança pública, que se chega à conclusão que deveria existir mais investimento na educação; em consequência dos royalties, deparamos com mais pobreza e aumento da violência e criminalidade, o que nos leva a pensar que o dinheiro oriundo destas fontes de renda não vem sendo empregado de forma adequada e correta, conforme observamos ao analisar os dados de arrecadação municipal (ICMS, IPI e FPM), enquanto que o índice de criminalidade (IC) só aumenta a cada ano.

Palavras-chave: Canaã dos Carajás. Mineração. Arrecadação de impostos. Segurança pública.

ABSTRACT

The study that we propose in this paper aims to show the territorial situation in the municipality of Canaan dos Carajás (Pará), starting from the mineral exploration and the socio-spatial reflexes in that territory, based on the direct relation of the increase of tax collection and criminality in recent years (2008 to 2014). Considering that the territory is a portion of the terrestrial surface appropriated by a human group (RATZEL, 1871), which expresses itself in various ways, some migrate after opportunities, for a decent life; Others, however, practice illicit activities and it is on this contrast, that is, the enrichment of the municipality through taxes and, on the other hand, the growth of poverty and public insecurity that comes to the conclusion that there should be more investment in education; as a consequence of the royalties, we face more poverty and increased violence and crime, which leads us to think that money from these sources of income is not being used properly and correctly, as we observed in the analysis of municipal collection data (ICMS, IPI, and FPM), while the crime rate (CI) only increases each year.

Keywords: Canã dos Carajás. Mining. Collection of taxes. Public security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Complexo Minerador de Carajás	47
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição espacial das mineradoras no Pará	49
Mapa 2 - Amazônia Legal em relação ao restante do Brasil	50
Mapa 3 - Mapa político da Amazônia Legal	51
Mapa 4 - Microrregiões da Amazônia Legal	51
Mapa 5 - Mapa de Localização de Canaã dos Carajás.	58
Mapa 6 - Municípios desmembrados de Marabá. Base de Dados IBGE	61
Mapa 7 - Direitos Minerários do Município de Canaã dos Carajás no ano de 2012 .	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População do Município de Canaã dos Carajás	62
Gráfico 2 - Evolução Populacional	63
Gráfico 3 - Total de ICMS, CFEM, IPI e FPM do Estado do Pará, no período de 2010 a 2014	69
Gráfico 4 - Total de ICMS, CFEM, IPI e FPM de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014	69
Gráfico 5- Comportamento dos crimes de ameaça e lesão corporal, a partir dos respectivos IC, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014 ...	84
Gráfico 6- Comportamento dos crimes de estupro, estupro de vulnerável e violência doméstica, a partir dos respectivos IC, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014	85
Gráfico 7- Comportamento dos crimes de homicídio culposo na direção de veículo e lesão corporal culposa na direção de veículo, a partir dos respectivos IC, número de automóveis, motocicletas e motonetas por 100.000 habitantes, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014	86

Gráfico 8 - Comportamento dos crimes de furto de veículo e roubo de veículo, a partir dos respectivos IC; número de automóveis, motocicletas e motonetas por 100.000 habitantes, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014	87
Gráfico 9 - Comportamento dos crimes de furto e roubo, a partir dos respectivos IC, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014	88
Gráfico 10 - Comportamento dos crimes de consumo pessoal de drogas, tráfico de drogas e homicídio, a partir dos respectivos IC, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Data de Criação dos Municípios da Mesorregião Sudeste do Pará	64
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (2008-2013)	66
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Canaã dos Carajás	67
Tabela 3 - Finanças Públicas. Valores em Reais (2008-2014)	69
Tabela 4 - Previsão de Investimentos no Estado do Pará por Região (2015 a 2020)	71
Tabela 5 - Previsão de Investimentos no Estado do Pará por Segmento Econômico - 2015 a 2020	71

LISTA DE SIGLAS

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

IC - Índice de Criminalidade

PNM - Plano Nacional de Mineração

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

MRN - Mineração Rio Norte

GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PIB - Produto Interno Bruto

IDH - Índice de desenvolvimento Humano

RNB - Renda Nacional Bruta

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará

FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará

FPM - Fundo de Participação do Município

SISP - Sistema Integrado de Segurança Pública

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

SEGUP - Secretária de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. O TERRITÓRIO E SEUS USOS.....	22
2.1 EM BUSCA DA DEFINIÇÃO TEÓRICO/CONCEITUAL DE TERRITÓRIO	25
2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE HUMANA.....	39
2.3 TERRITÓRIO E MINERAÇÃO DA AMAZÔNIA PARAENSE	46
3. POPULAÇÃO, ARRECADAÇÃO E IMPACTOS DA MINERAÇÃO EM CANAÃ DOS CARAJÁS.....	56
3.1 CANAÃ DOS CARAJÁS: SURGIMENTO, CRESCIMENTO POPULACIONAL E IMPACTOS DA MINERAÇÃO	56
3.1.1 SURGIMENTO DE CANAÃ DOS CARAJÁS	58
3.1.2 MINERAÇÃO E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	61
3.2 ARRECADAÇÃO FISCAL E INVESTIMENTOS EM CANAÃ DOS CARAJÁS.....	64
4. SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE EM CANAÃ DOS CARAJÁS.....	72
4.1 SEGURANÇA PÚBLICA EM CANAÃ DOS CARAJÁS	76
4.2 O COMPORTAMENTO DO CRIME EM CANAÃ DOS CARAJÁS.....	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

1. INTRODUÇÃO

Compreender a construção do espaço geográfico a partir da ação humana, numa perspectiva socioespacial, é essencial para a realização de uma análise metodológica de limites territoriais e as implicações da territorialidade humana. Cada estrutura organizacional é o reflexo das ações do homem, sua inter-relação com a natureza, sua interação com o espaço que ocupa e da alteridade para produção de tudo quanto é ontologicamente essencial e fundamental ao mínimo existencial.

A partir deste contexto serão analisadas as implicações sobre espaço, território, territorialidade, exercício de poder, autonomia e desenvolvimento em face da exploração mineral; produção e utilização da riqueza oriunda da arrecadação tributária pelo poder público; expansão territorial e crescimento populacional nos limites de Canaã dos Carajás-PA, bem como os impactos sociais do desenvolvimento da atividade mineradora naquele município, em especial, no que se refere à criminalidade e à segurança pública.

Assim, a proposta é indicar, a partir de alguns pressupostos teóricos epistemológicos, uma definição multidisciplinar do território, analisando algumas linhas doutrinárias para a aplicação e entendimento do termo no âmbito da Geografia, com ênfase no entendimento dos fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais ocorridos no município de Canaã dos Carajás-PA.

Juntamente a isso, serão apresentados os resultados das pesquisas de campo realizadas no âmbito do município de Canaã dos Carajás-PA, fundamentadas nos conceitos de território e territorialidade, com olhar epistemológico sobre o comportamento do crime e indicadores de criminalidade sob a influência da exploração da atividade mineradora na região, em seus diversos espectros quantitativos e qualitativos, modificadores do meio ambiente em sentido amplo, em seus aspectos físico, químico, biológico, socioeconômico e cultural, principalmente das inter-relações que perfazem o ambiente natural, formado pelo conjunto da fauna, flora, ar, água, solo e aquilo de deles advêm; e meio ambiente artificial, aquele construído pela ação humana, geralmente em espaços urbanos, formado pelo complexo edificado e de equipamentos, seja de uso comum e geral, seja de uso particular ou privado.

O meio ambiente é o elemento em que o homem está inserido e atua de forma inexoravelmente transformadora, como ser social, trabalhando sobre determinado espaço produz o território, que jamais se confundirá com a paisagem, uma vez que sua forma conceitual transcende a concretude da paisagem, passando a existir também no mundo abstrato e se misturando a tudo aquilo que representa no exercício do poder.

A questão ambiental não pode andar apartada deste estudo, uma vez que está no cerne da intregricionalidade do homem com o espaço geográfico que ocupa, dessa forma adquirindo capilaridade em toda e qualquer relação das populações que circulam ou que vivem em determinado nicho espacial; considerando também que o meio ambiente está vinculado aos direitos fundamentais da coletividade que vive e explora atividades econômicas das mais diversas, advindas direta ou indiretamente da atividade central, a minerária, no que se refere especificamente ao limite territorial, objeto deste campo de observação, o município de Canaã.

A ocupação de um espaço geográfico por ação humana para a produção de um território não ocorre de forma isolada e sem consequências, ao contrário, a ocupação humana produz profundas transformações no meio, advindas de sua atuação e das inter-relações imbricadas nas malhas ou redes que se atam formando o tecido social.

A atividade minerária, em que pese ser de relevância fundamental no aspecto do desenvolvimento econômico, não pode ser elevada a patamares acima do uso moderado e sustentável dos recursos naturais disponíveis à exploração, devendo-se considerar tudo quanto implicará o uso e usufruto desses recursos na sociedade como um todo, em seus mais diversos campos (social, cultural, ecológico, jurídico). Isso quer dizer, em outras palavras, que não se pode colocar a exploração mineral para o desenvolvimento econômico, sem sopesar todos os corolários que advêm desta atividade.

O uso da exploração mineral provoca consequências positivas no espaço territorial que a circunda, tais como o desenvolvimento econômico e boa oferta de emprego para a população; bem como provoca consequências negativas, como o aumento dos índices de criminalidade, relacionado diretamente ao crescimento

descontrolado da população, concentrada no território, que se aglomera atraída pela oferta de trabalho e/ou pelo sonho eldourado daqueles que buscam melhores condições de vida.

Numa visão mais ampla, a atividade de mineração na Amazônia paraense funciona como fator de migração populacional para áreas onde esta atividade se desenvolve, provocando profundas transformações sociais e econômicas e com impactos não desejáveis que este fenômeno transporta, tais como o aumento do índice de criminalidade, interferência transformadora nas comunidades locais, aumento do consumo e tráfico de drogas, além dos negativos impactos ambientais.

Sendo assim, a exploração mineral é inegavelmente um atrativo que funciona como agente catalisador da ocupação populacional dos territórios onde se desenvolve, com inexoráveis e relevantes implicações ambientais e demográficas que não podem ser dissociadas dos processos de desenvolvimento da atividade econômica.

A explosão demográfica e o desenvolvimento da exploração mineral, principalmente em escalas industriais, exigem mudanças estruturais no espaço ocupado, implicando em modificações rápidas e significativas do meio ambiente no que se refere estritamente ao aspecto físico, sem, contudo, desconsiderar os aspectos ecológicos, culturais e principalmente sociais.

Há que se considerar e vale que se consigne que a exploração industrial, por se utilizar de tecnologias avançadas e maquinário, é fator que mitigou o crescimento demográfico sem, no entanto, deixar de ser atividade atrativa para os que saem em busca de trabalho.

Outra observação importante a se registrar é que a atividade da exploração mineral, embora produtora de riqueza, não foi capaz de se integrar e refletir na melhoria da qualidade de vida da população do município objeto deste estudo, o que significa que não se praticou políticas públicas voltadas à gestão eficaz e à distribuição eficiente da riqueza, que ainda permanece concentrada.

Em meio às contradições, o desequilíbrio e o contraste dos impactos ocasionados pela exploração da atividade minerária em Canaã dos Carajás, desde a descoberta das reservas de minério de cobre no território daquele município em

1997, três anos após a sua emancipação do município de Parauapebas, são extraordinários, avançando para a implantação da mina do Sossego pela Vale em 2002 e iniciando a exploração do minério de cobre em 2004.

Outrossim revela-se o contraste pelo aumento da arrecadação por meio de impostos e do sistema de compensações (CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais); aumento do Produto Interno Bruto que é a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período; das exportações e geração de emprego e renda para a população, frente aos impactos ambientais; crescimento acelerado populacional e urbano e suas consequências (prostituição, doenças sexualmente transmissíveis, aumento da violência, falta de saneamento básico e poluição de recursos hídricos e do ar, desmatamento, entre tantas outras), concentração de renda e conflitos sociais.

No município de Canaã dos Carajás, como não seria diferente, os mesmos fenômenos advindos da atividade de exploração mineral ocorrem e será a partir de seus limites, ainda que de forma perfunctória, que buscaremos identificar, fundamentados nos conceitos de território e da territorialidade humana, os fatores que impactam no aumento da criminalidade, trazendo por meio de uma análise crítica, propostas viáveis para a exploração da atividade de maneira sustentável e menos gravosa para o desenvolvimento socioespacial do município.

No desenvolvimento deste estudo analítico faremos uma breve abordagem conceitual sobre o território, seus usos e a inter-relação com o homem.

Em seguida, de maneira específica, faremos uma abordagem sobre o surgimento de Canaã dos Carajás, crescimento populacional em razão da exploração mineral, arrecadação tributária e seus impactos socioespaciais. O espaço ocupado, territorializado, o território e as territorialidades serão analisados no âmbito de Canaã dos Carajás.

Por fim, abordaremos de forma analítica e propositiva a atuação da segurança pública no município e os fatores que implicam no índice de criminalidade (IC), bem como os fatores que relacionam o início da exploração mineral em um espaço com vocação agrícola e suas implicações no aumento da violência no local, como

corolário do desenvolvimento da atividade, num cotejo entre o positivo e o negativo impacto na estrutura territorial do município de Canaã dos Carajás-PA.

A produção do território, sua hegemonização, organização e o espaço urbano, bem como o emaranhado de relações sociais, com seus diversos níveis de exercício de poder, causam o estiramento da estrutura onde se manifestam as diversas territorialidades.

Faz-se necessário, portanto, inserir no contexto do desenvolvimento das territorialidades o surgimento de uma nova atividade econômica, que veio de encontro com a vocação natural do município de Canaã dos Cararajás, promovendo bruscas transformações sociais, políticas, econômicas, capazes de modificar o território de forma definitiva e relevante e com profundas modificações ambientais, sociais, políticas, culturais e econômicas.

Assim, sobre o território do município de Canaã dos Carajás, onde passaram a atuar novos atores sociais com suas camadas de poder em exercício, levando ao local os problemas dos grandes centros urbanizados, sem que o Poder Público fosse capaz de lidar com essa gama de novas relações, muitas vezes conflituosas, principalmente com políticas na área de segurança pública, as transformações foram rápidas, transformaram o espaço, surgiram novos territórios e territorialidades, mas os gestores do município não agiram com a mesma celeridade para acompanhar as transformação e seus colorários.

Observamos, após trabalho de campo realizado na região, que as reclamações daqueles que foram entrevistados, ou seja, população, autoridades e agentes comunitários, se concentram inicialmente na falta de emprego, oportunidade de trabalho para quem é nativo e para quem vem de outros estados com a esperança de uma colocação no mercado de trabalho; essa população que muitas vezes não é qualificada acaba por engrossar ainda mais o grande número de desempregados que todo dia fazem fila em frente ao prédio do SINE – Sistema Nacional de Emprego.

O cidadão de prenome Carmildo, um dos moradores entrevistados, relata em sua fala que as empresas que se instalam na região, na sua grande maioria já trazem o número de pessoal suficiente para seu funcionamento, usurpando o

trabalho que seria dos nativos, inclusive surgere que a Prefeitura proibisse esta prática.

Outra situação recorrente nas entrevistas realizadas diz respeito à insegurança, ou seja, o aumento da criminalidade na região, que tem como uma das causas, talvez a maior delas, o desemprego. Os números mostram que grande parte dos autores de crime ocorridos na cidade são praticadas por pessoas que estão desempregadas que vieram morar na região com esperança de emprego e, como não conseguiram, passaram a desempenhar atividades criminosas até mesmo como questão de sobrevivência.

Por outro lado, agentes da polícia se queixam de falta de material humano, não só da polícia civil como também da polícia militar, acreditando que se o contingente fosse maior, certamente, os índices de criminalidade na região teria uma baixa bastante significativa.

Entre os muitos aspectos a se analisar, o que se sobressai como de importância fundamental é a relação que naturalmente se perfaz entre o homem e o meio que habita. Essa relação ao mesmo tempo em que constitui uma realização histórica, também é uma produção tecnológica advinda da capacidade criadora do ser humano. Nesta perspectiva é que se pretende observar de forma empírica como se produzem as ações humanas como ferramenta capaz de transformar espaços em territórios, manifestando as multiterritorialidades que modelam e remodelam o mundo e as relações sociais.

No presente trabalho busca-se realizar um estudo comparativo a partir do conceito amplo de território em suas diversas correntes de pensamento, a fim de distinguir, em suas diversas nuances, como ocorre o fenômeno da territorialização do espaço geográfico, que resulta no nascimento do que se concebe como território, bem como as relações de poder que se estabelecem sobre esta base material e que pode se expandir além dela com a expressão das diversas territorialidades.

Tendo em vista que esses conceitos constituem relevantes ferramentas teóricas para as análises de um determinado espaço geográfico territorial onde se expressam as territorialidades, faz-se necessário pensar, a título de estudo

preliminar, para o avanço da segunda etapa desta pesquisa – qual seja, a de identificar de forma objetiva as territorialidades do município de Canaã dos Carajás-PA, com sua vocação originalmente agrícola, sob os impactos transformadores da exploração da atividade minerária naquele território.

Dessarte, o objetivo central deste trabalho é analisar as relações de poder e as territorialidades que se constituíram no município de Canaã dos Carajás-PA, a partir dos processos socioeconômicos que se formaram no município com a exploração da atividade minerária, bem como na identificação dos fatores que impactaram nos indicadores de criminalidade no município. Neste sentido, investigaremos os elementos inerentes às relações de poder que se manifestaram pelo uso na produção do território e suas territorialidades. A finalidade é compreender o que pode ser relevante para a melhoria da qualidade de vida dos atores atuantes no local, bem como compreender os padrões demográficos da área de estudo.

Finalmente, de forma específica serão analisados os impactos sociais no que concerne ao fenômeno da criminalidade e seus indicadores em função da atividade exploratória mineral nos limites de Canãã dos Carajás-PA.

Por meio de um estudo geográfico dos fenômenos socioespaciais decorrentes da principal atividade econômica desenvolvida naquele município, em especial na sua influência nos índices de criminalidade local, visa o presente feito oferecer uma contribuição para a comunidade científica, acadêmica, e em especial para os gestores de segurança pública, responsáveis pela administração do município de Canaã dos Carajás-PA e pela sociedade em geral.

Este trabalho é o resultado de um conjunto de atividades sistemáticas que conciliou pesquisa bibliográfica aliada às observações feitas, *in loco*, no município de Canaã dos Carajás - PA, tanto na coleta de dados em campo, como na análise dos dados estatísticos e indicadores sociais daquele município, especificamente aqueles que estão relacionados aos índices de criminalidade.

O foco principal foi o de se buscar, sob um olhar científico, através do estudo geográfico da área objeto deste estudo, uma compreensão dos impactos da atividade econômica que se desenvolveu pela exploração mineral em larga escala. Para tanto, buscou-se entender os fenômenos espaciais que serviram de

ferramentas teóricas para as análises da criminalidade relacionadas à explosão demográfica, provocada pela atração da atividade de exploração mineral em Canaã dos Carajás.

Suscitamos também, a partir de uma observação empírica, considerar as profundas relações entre os conceitos de território e territorialidade e como ocorreu o fenômeno da territorialização até a urbanização, por meio dos estudos de ocupação territorial, para interpretar os fenômenos geoespaciais ocorridos em Canaã dos Carajás, observando o comportamento da criminalidade naquele município sob o enfoque da Geografia.

Análises de tabelas e gráficos foram realizadas para se produzir uma interpretação mais aprofundada da relação da atividade econômica e suas implicações com os índices de criminalidade do município.

2. O TERRITÓRIO E SEUS USOS

O território, o espaço, a paisagem, a região e o lugar são elementos que integram o objeto de estudo da Geografia. No entanto, o território é um dos principais e o mais relevante elemento para o estudo da Geografia, posto que é por meio e a partir dele que se constroem os processos que influenciam estruturalmente no espaço geográfico, materializando as inter-relações no plano físico; porém, a sua conceituação e estudo não anulam os demais elementos que compõem o cabedal estudado pela Geografia, antes, devem ser integralizados com a finalidade de se estabelecer um estudo sistematizado e aprofundado dos problemas a serem explicados cientificamente pela Geografia, a exemplo do espaço modificado pela ação humana passa a constituir um território, um conceito não subsiste sem o outro.

Entre as inúmeras correntes de pensamento que intentaram nesta busca conceitual para definir território, fiquemos isagógicamente com a ideia de que se trata o território de determinado espaço surgido a partir de uma relação de poder, limite espacial, portanto, onde o poder é exercido. A partir desta exordial definição, somos remetidos a conceber território como espaço ou divisão administrativa, o que invariavelmente nos reporta para as relações estabelecidas, criadoras de fronteiras geográficas entre países, regiões, estados, municípios e outras células singulares de espaço delimitado por relações de poder.

O debate sobre o elemento território deve se resguardado de percalções e cuidados no que concerne ao sentido que o termo será empregado. O território deve ser analisado como produto de um processo de forças, de relações que se realizam em determinado lugar, num dado período/contexto histórico. Não se pode, porém, conceber o conceito de território somente a partir da ideia de determinado espaço, físico ou geográfico delimitado, onde se exerce uma gestão administrativa, é necessário ir além.

O espaço geográfico territorializado constitui a origem do território, porém esta ideia inicial se expande para agregar tanto quanto possível a verdadeira definição do território do ponto de vista geográfico. O uso e a destinação que se dá a determinado espaço geográfico é o que faz surgir, *prima facie*, o território na sua primordial concepção.

O conceito de espaço geográfico usado deságua na definição vestibular de território, que nos recorda Henri Lefebvre (1976) quando faz referência a de “espaço social”, ou relações sociais de se estabelecer uma utilidade para o espaço, que podemos denominar a partir de então, território, assim,

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um INSTRUMENTO, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 1976, p.34).

É, portanto, a utilização do espaço pelos atores que nele estabelecem relações que cria o território. O uso a que se destina o território é de primordial importância para que se compreenda que as relações sociais são o que definem um território, que estaria reduzido a mero espaço geográfico não fossem estas relações. E este uso se relaciona diretamente ao modo de produção e na concepção de Milton Santos (2008), que denominou aquilo que chamamos de espaço usado (o território propriamente dito) de território usado e propõe que,

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso (SANTOS apud HAESBAERT, 2009, p. 45).

Ainda sobre o uso do território, acrescenta Santos (2008, p. 35): “O território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores

da informação.” As ações que produzem efeitos sobre a base territorial traduzem o poder político-econômico-social que se estrutura nas malhas ou redes que se interligam e interconectam, materializadas pelos interesses locais que se mesclam formando o tecido social.

Ressalte-se que o poder que se manifesta no local não provém apenas das relações que ocorrem nos limites municipais derivados da organização político-administrativa, que são baseados em regras legais que os institui e legitima, o poder é também emanado das relações político-econômicas que interferem direta e indiretamente no ordenamento do território.

Os atores sociais definem suas práticas baseadas em seus interesses e estabelecem acordos dentro de uma determinada escala de poder, que invariavelmente são afetados por interesses conflitantes, que exigem novas repactuações dentro da ordem social.

Destacam-se entre todas as relações, aquelas elitizadas que se estabelecem entre o poder econômico e o poder político, que se harmonizam ou se antagonizam com o poder social, que determinam o que se materializa no território e ditam as políticas locais de gestão dos recursos e da riqueza produzida.

Do que se cuida, são de exercícios de poder emanados das forças emanadas das ações dos diversos atores sociais por sobre os limites de um território, isto é, o uso que se faz do território para a satisfação dos interesses que se coadunam ou se chocam no meio social, num processo que se perfaz num ciclo contínuo e dinâmico.

O território é o tecido sobre o qual e a partir do qual os atores sociais definem suas ações sociais, espaciais, de poder e manifestam suas territorialidades.

No território pode ser observado o compartilhamento do poder que pode se dar de forma mais concentrada, ou mais difusa, de acordo com o pacto político em sentido amplo, estabelecido e instituído no local para gerir e direcionar as ações humanas que definirão o uso adequado do espaço territorial.

Em última análise, é o uso do espaço territorial que justifica a tessitura que sobre ele se desenvolve e materializa, é o uso do espaço que o define como território e é no território usado que se manifestam as diversas territorialidades.

2.1 EM BUSCA DA DEFINIÇÃO TEÓRICO/CONCEITUAL DE TERRITÓRIO

Faz-se necessária a busca da definição de território sob a ótica conceitual que se interpõe das mais diversas formas, não sendo, todavia, uma tarefa das mais fáceis, a de estabelecer tal definição em face à polissemia que acompanha o termo.

Etimologicamente a palavra território deriva do latim *territorium*, que significa uma porção de terra apropriada, dessa forma o uso da palavra território sempre nos remeterá a uma ligação com a terra, no sentido de solo ou lugar onde se vive e se estabelecem relações sociais, que sempre onde se manifestam, surgem pelo exercício de poder.

O conceito de território tem despertado hodiernamente interesse nos estudos geográficos, o que confere a este elemento a importância que lhe é devida como fundamento básico da Geografia, na medida que surgem novas formas de apropriação e produção dos atores sociais, agentes no mundo globalizado que a cada dia impõem ao profissional da Geografia problemáticas cada vez mais urgentes, em um mundo que parece girar mais rápido pelas intensas e instantâneas trocas de informações que disseminam, de forma célere, o conhecimento e a técnica e que se aplicam quase de forma imediata e funcionam como catalisadoras das transformações dos espaços territoriais.

Em razão das diversas áreas a que se aplica como instrumento teórico-científico, impõe-se a necessidade de flexibilização do conceito de território, que pela dinâmica das relações sociais exige que esteja em contínua atualização, de forma a se adequar a esse dinamismo e complexidade do meio.

Para o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1987), fundador da geografia política, o território é uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, associado a uma atuação política estatal.

Sendo o território uma parcela da superfície terrestre, apropriada por um grupo humano, segundo Ratzel (1987), grupo este formado por pessoas de maior ou menor poder, que por sua própria natureza floresce interesse no destino de um determinado espaço geográfico, conceitualmente entendido na palavra de Alves

(1999) como o produto das relações entre homens e dos homens com a natureza.

O conceito de território evolui com o pensamento de Friedrich Ratzel (1844-1904), que concebeu o território um espaço dominado por um poder formalmente instituído, deixando fluir o conceito de território para uma ótica geopolítica, onde há posse e se estabelece o domínio pelo exercício de poder.

Nesta perspectiva, o conceito de território engloba além de um determinado espaço geográfico, mas também um espaço político, a exemplo do que se estabelece no ordenamento jurídico pátrio, como "extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem" ou ainda os consulados e embaixadas que são considerados territórios das nações ou países que representam.

Como se percebe, do pensamento trazido por Ratzel (1987), depreende-se que o conceito de território é abrangente, não é restrito aos limites fronteiriços de países ou de qualquer outra célula territorial geográfica, constitui-se pela posse do espaço onde se estabelecem relações intersociais, organizadas político-administrativamente, onde tem o domínio que é exercido e se estabelece por meio de um poder vinculado a um povo-nação ou grupo social que se reconhece numa relação simbiótica com determinado espaço geográfico.

Ratzel (1987) amplia a Geografia para órbitas como da Geografia Política (Geopolítica) e da Antropogeografia.

A Geografia Política na concepção de Ratzel (1987) sistematizou a ideia do espaço físico (extensão, forma, relevo, clima, recursos naturais) com as relações do Estado com a sociedade sobre a qual exerce seu poder, assim como, com as relações estabelecidas na esfera internacional.

Dessa forma, a Geografia Política, a partir deste pensamento, fundamentava-se no estudo sistemático e restrito das relações estabelecidas entre o Estado e o território.

A Antropogeografia fundamenta seu estudo na influência do meio sobre os homens e a sociedade, sendo que esta influência seria uma das explicações para a grande diversidade de raças e povos no mundo, bem como a localização dos mais

variados grupos humanos como fator determinante da origem de cada povo por meio de seus movimentos migratórios e na formação de cada território.

A obra de Friedrich Ratzel representou um papel fundamental no processo de sistematização da geografia moderna. Ela contém a primeira proposta explícita de um estudo geográfico especificamente dedicado à discussão dos problemas humanos. Foi assim, de sua autoria uma das pioneiras formulações – sem dúvida a mais trabalhada – de uma geografia do homem. A importância de sua obra também emerge por ela ter sido uma das originárias manifestações do positivismo nesse campo do conhecimento científico. Ratzel foi um dos introdutores desse método – que posteriormente se assentou como dominante – no âmbito do pensamento geográfico. O significado de sua produção para o desenvolvimento da geografia pode ainda ser apontado no fato de ele ter aclarado aquela que viria a ser a principal via de indagação dos geógrafos, ou seja, a questão da relação entre a sociedade e as condições ambientais (MORAES, 1990, p. 52)

No pensamento ratzeliano o que une e define um povo é o território que comumente compartilha e agrega a sua história, há uma consciência que permeia a todos que se inter-relacionam em determinado espaço delimitado e que transcende para garantir a sobrevivência do Estado, portanto, da sociedade.

O conceito ratzeliano de território a partir de uma abordagem política e antropológica sem dúvidas contribuiu de forma relevante para a humanização da Geografia.

As várias definições do conceito de território nos leva, entre outros, aos ensinamentos do geógrafo suíço Raffestin (1993) que associa o território exclusivamente ao poder estatal. Este território estatal com existência de múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais, entretanto, esta construção não foi e nem é pacífica, daí a constante luta pelo poder que envolve conflitos por um consenso sobre a definição de território.

De acordo com Raffestin (1993), espaço e território são termos conceitualmente diversos, sendo necessário e útil o estabelecimento da noção do espaço para que se aproxime do conceito de território, considerando que o espaço é antecedente ao território e que se forma mediante a atuação de atores que, por suas ações, territorializam determinado espaço, isto é, dividem as superfícies, formam

redes, constroem malhas surgidas das decisões dos atores atuantes que modificam o espaço pela manifestação de um poder em determinada área.

Assim, para Raffestin (1993), “o território é, nesta perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

Para Raffestin (1993), o território é constituído das relações de poder que se realizam em determinado espaço, onde há intercâmbio de informações em redes, que ocorrem em uma troca constante de energia. Para o autor, a ideia de espaço é antecedente à ideia de território, sendo que este deriva daquele, isto é, o território é formado a partir do espaço.

Dessa forma, o espaço é territorializado a partir das ações humanas concretas ou abstratas produzidas naquele espaço.

O território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 32).

Na concepção de Raffestin (1993) o território é a “apropriação concreta ou abstrata do espaço por um ator sintagmático”. O que significa dizer que se forma uma relação de dependência entre os atores, que combinados formam um conjunto que orbita em torno de um núcleo, em um elo em que um é determinado e outro é determinante, dentro de uma relação de poder que se materializa num espaço-território.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 45).

A partir deste pensamento, Raffestin (1993) elaborou um sistema territorial de redes interdependentes, organizadas para exercer o controle num determinado

campo espacial. Essas malhas heterogêneas formam elos entre si, o que ele denominou de pontos ou nós que se comunicam e relacionam, numa tessitura complexa que é dinâmica e muda em função da mudança de Poder e dos atores atuantes na malha de intercomunicação humana-espacial, que resulta no território em sentido amplo. Neste sentido, “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

A transformação de uma estrutura de poder implicará diretamente na substituição de um determinado tipo ou modelo territorial por outro que se adapte ao novo exercício de poder que seja estabelecido no espaço observado. No entanto, a nova tessitura estabelecida por meio da transferência de poder não estará totalmente desvinculada da tessitura antiga, uma vez que alguns elementos anteriores inevitavelmente sobreviverão se inoculando na estrutura nova, sendo assim, não estaremos diante de um problema simples, mas de uma complexidade de ideias que não param de se intercomunicar, ainda que seja estabelecida uma nova tessitura por atuais relações de poder.

Quando, portanto, o espaço se torna território pela ação da vontade humana que se apropria e domina o espaço, construindo uma malha que está em constante comunicação através do que Raffestin (1993) denominou de nós, temos a ocorrência do fenômeno da transcendencialidade, onde o espaço transformado em si mesmo é o próprio território, não havendo como estabelecer um caminho reverso. Contudo, o conceito de território assim como o próprio estudo da geografia passou por transformações, não sendo possível a busca do conceito modernamente aplicável de território sem observar a evolução histórica da Geografia.

O estudo das configurações espaciais permite, a partir da observação territorial, cooptar os diversos fatores que influenciam diretamente no desenvolvimento e surgimento da territorialidade. Dessa forma, arrefece o conceito de território ratzerliano pautado no território que se inter-relaciona com o Estado-Nação e se busca o conceito atual por meio da multiterritorialidade como propõe o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaertl, senão vejamos:

O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou 'pós-moderna', da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização" (HAESBAERT, 2004, p. 56).

A esta reterritorialização complexa, em rede e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não-hierárquicas, é que damos o nome de multiterritorialidade" (HAESBAERT, 2004). Multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar, num mesmo local e ao mesmo tempo, diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma 'mobilidade concreta', no sentido de um deslocamento físico, quanto 'virtual', no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço (HAESBAERT, 2004, p. 21).

Neste ponto é necessário que se conceitue o que é território e o que define a territorialidade humana e as relações de poder inerentes à formação territorial como objeto fundamentador deste estudo. De acordo com Rogério Haesbaert e Ester Limonad (1999), o conceito de território se fundamenta em três importantes aspectos, a saber, no aspecto político-jurídico considerando a organização estabelecida natural ou artificialmente de um Estado-Nação; no aspecto cultural, a ação histórica e antropológica dos atores sobre determinado espaço; e no aspecto econômico que estabelece a divisão do trabalho e observa o processo produtivo de uma região para a produção e circulação da riqueza.

Desse modo, o território se constitui de um complexo relacional que não pode se desvincular da teia de relações políticas, jurídicas, econômicas, culturais, antropológicas, biológicas e naturais. Fica cada vez mais evidente a necessidade de se diferenciar o território do espaço geográfico, uma vez que um deriva do outro e ambos não se confundem e o território se destaca como foco principal porque é o reflexo das relações humanas, transformadoras do espaço em amplo espectro que pode ser observado por infinitas perspectivas.

Numa análise mais ampla, por meio de um instantâneo com vista superior, o que se observa é que o conceito de território é múltiplo e se perfaz a partir do ângulo daquele que o observa e do instrumento analítico, que se utiliza para observar o fenômeno da territorialização dos espaços.

Em frente a esta multiplicidade de visões, destacam-se duas dimensões: uma material que se realciona ao âmbito político e econômico e outra, por assim dizer,

imaterial, um tanto quanto difusa, que se relaciona com o culturalismo. O exercício do poder se realiza muito mais na esfera material do que no campo imaterial, onde se observa a influência marcante do território e do meio no âmbito das identidades culturais.

Não se pode, por óbvio, conceber o território simplesmente como uma área espacial delimitada onde se realizam as inter-relações de poder do Estado; há que se observar os mais diversos usos do território na rede complexa, da qual se integram vários atores e vários fatores multifacetados e estudados por outros ramos científicos, extrapolando os limites da Geografia em seu amplo espectro de observação científica.

Dessa forma, o território, em seu conceito amplo, poderá estar delimitado ou não, de acordo com a função a que se destina e a atuação dos variados atores que trabalham e interagem nesta relação dinâmica e dicotômica do ponto de vista da materialidade e da imaterialidade.

É notório que os elementos previstos nas dimensões materiais e imateriais do território estão em constante interação fazem parte de um só organismo, o próprio território. A partir do território é que se constata a ação sociocultural, política e econômica, concretas e abstratas, na construção histórica das relações de poder, o que pressupõe que conceitualmente o território pode ser concebido tanto de uma forma objetiva, material e concreta, tanto de forma subjetiva, que subsiste no consciente, na identidade de uma nação ou grupo social com um determinado espaço, existe no sentimento, no mundo das ideias; porém, revela-se ainda mais importante do que a dimensão objetiva, considerando que tudo provém da vontade do homem em ação.

Uma definição em completude de território será aquela capaz de caracterizar o processo de territorialização do espaço, desde a apropriação até o estabelecimento das relações de poder, considerando nesse interregno, a dominação e a formação de toda a rede ou malha de produção histórica que resultou na formação do território, na condição de conceito amplo, numa linha de acontecimentos estabelecida, considerando os limites temporais inerentes a este aspecto relacional.

Haesbaert propõe que é a rede que concede o caráter dinâmico ao território,

assim,

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um 'conjunto de pontos e linhas', numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a 'superfície' territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão ('ação à distância', como destaca Machado, 1998) e 'profundidade', relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (HAESBAERT, 2004, p. 286-87).

Para Haesbaert, o território também pode ser concebido através de uma dimensão simbólico e material.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação". (HAESBAERT, 2004, p. 64)

Para Saquet, o território surge quando determinado espaço é apropriado, dominado e constituído socialmente por meio de um processo de territorialização que só é possível a partir do exercício do poder que ocorre constantemente, perfazendo um sistema cíclico de continuidade-descontinuidade-continuidade.

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, dê-s-continuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade), num único movimento; o novo contém pois o velho e este, aquele" (SAQUET, 2007, p.13).

Saquet (2007) concebe o território por meio de uma abordagem cultural, histórica, econômica, política, que naturalmente ocorre num ciclo contínuo e dinâmico de territorialização, por meio de uma produção científica nascida a partir de observações empíricas, por intermédio de um processo que ocorre de forma natural.

Saquet (2007) em sua visão analítico-teórica sobre o conceito de território ressalta a relevância de que se estabeleça também no campo das pesquisas um estudo empírico, com abordagem em várias dimensões, econômica, política, cultural e natural (E-P-C-N). Sendo assim,

Por essa abordagem e concepção (i) material, uma dimensão fundamental e quase negligenciada em estudos territoriais ou tratada comumente como base física, é a natureza exterior ao homem. Assim merece atenção sem a pretensão, evidente, de esgotar a temática. Nos processos territoriais, as dimensões da E-P-C-N estão sempre presentes, de uma forma ou outra. Talvez, possamos avançar a partir do exposto, sobretudo a partir da possibilidade de se considerar, na natureza do território, a natureza (SAQUET, 2007, p. 28).

A partir desta concepção, o território passa a ser compreendido numa relação de poder que se estabelece pelo domínio de uns atores sobre outros em determinado espaço-tempo.

A abordagem acerca do conceito de território invariavelmente se caracteriza pelo exercício do poder, pelo espaço de dominação e controle e pela delimitação e reconhecimento político-jurídico de determinado espaço territorializado.

Para Saquet, (2008) o território é um processo que por meio de um conjunto de forças que se interligam e estabelecem relações entre atores, que reciprocamente se expressam em espaço instituído pelos processos de territorialização, em todas as nuances do fenômeno social, cultural, político, econômico.

Sendo assim, o contexto histórico deve ser agregado à análise de qualquer processo de territorialização, que não deve ser entendido sob apenas um aspecto, mas deve ser analisado de forma simultânea com todos os aspectos que influenciam diretamente no sistema em funcionamento contínuo, bem como sob o olhar naturalístico, multiculturalístico e sociológico.

Saquet (2008) dispôs que o território é uma conjunção da natureza e da sociedade que se estabelece sob a égide de vários fatores de influência, economia, política, cultura, que estão em conexão por meio de redes intercambiadas, das quais todos os atores se integram, portanto, trata-se de uma rede universal, contínua e simultânea.

Nesta linha, Saquet alinha os fatos históricos à natureza, cujas relações não podem ser dissociadas, seja pelo avanço tecnológico contínuo e imparável que a história observa, analisa e registra, seja pela circulação e difusão cada vez mais acelerada das informações e do conhecimento, resultando na produção do território, por relações políticas, culturais e econômicas, onde se materializam as relações de poder oriundas da interação social dos atores no jogo permanente e hierárquico de controle do espaço geográfico.

(...) a terra é tomada território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação. O território é um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligações, de redes internas e externas que envolvem a natureza. Por esta via o espaço físico entra nas relações e nas estruturas sociais (SAQUET, 2006, p. 34).

Esse território que se constitui socialmente resulta do processo de apropriação e domínio relacional de poder em determinado espaço territorializado. O território é sempre um elemento dinâmico, que está revestido concreta e abstratamente de elementos que permeiam as múltiplas relações sociais, pelas quais se expressam o poder em determinado espaço-tempo, de acordo com o enfoque e abordagem de cada estudo ou observação.

(...) a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla e, por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2010, p. 13).

Sack (1986) entende o território como uma área onde se exerce poder através do controle do Estado, dominando e condicionando o comportamento humano em determinada expressão geográfica. Para Sack, (1986) o território se perfaz pela

expressão de um grupo dominante de pessoas que atua em determinada área, com a finalidade de exercer o controle sobre o comportamento dos demais atores, seja por influência ou por imposição. Dessa forma, por essa concepção seria o território uma espécie de campo de forças onde se manifesta um tecido ou rede social complexa, onde se estabelece uma limitação espacial e uma alteridade entre determinante e determinado.

No pensamento de Jean Gottmann (1975), território é uma parte de um espaço geográfico onde um governo exerce a sua jurisdição, nesta concepção, do ponto de vista interno ou nacional, seria o território uma espécie de recipiente que abriga um sistema político de uma célula ou ente dotados de autonomia e poder. No âmbito das relações internacionais, o território como invólucro de um sistema político, também estabelece conexões extraterritoriais com outros espaços-políticos, células dotadas de autonomia política.

Gottmann (1975) defende que o território é formado de peças materiais organizadas no espaço geográfico de acordo com certas leis naturais. Porém, não se pode restringir o território apenas formado a partir dessas elementares, sem considerar que os elementos naturais foram conjugados pela ação humana com uma finalidade específica de atores atuantes em um processo político. Gottmann sugere que "território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos."

Como geógrafo, sinto que seja indispensável definir território como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. Como tal, o espaço geográfico é contínuo, porém repartido, limitado, ainda que em expansão diversificado e organizado. O território é fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão. Basicamente, ele deve ser acessível; a acessibilidade, pretendida pelo homem e amplamente controlada por ele, é umas das razões essenciais para a intervenção política regular, de algumas formas restringir e de outras melhorar a capacidade de acesso por várias categorias de pessoas (GOTTMANN, 1973, p. 48).

O território, por esta vertente surge como um conceito político e geográfico, por vezes, que o espaço físico, a partir de uma divisão específica, organiza-se por via de processos políticos que caminham lado a lado com o espaço, porque não se

estabelecem nas nuvens, há que se ter um espaço físico a fim de que aconteça a ação política num fato material, nos remetendo ao axioma aristotélico, “o que não está em nenhum lugar não existe”.

Na concepção de Gottman (1973) o território se constitui por uma “ unidade política” globalmente “compartimentado”, ou seja, o mundo, espaço territorial organizado é um “compartimento do espaço politicamente distinto”.

Surge a partir do pensamento de Gottmann a discussão acerca do uso do território que, de modo tradicional, serve de recurso, ideia que conduz a uma busca expansionista, quanto maior o território, maiores seriam os recursos, e de abrigo, como local seguro e protegido o que remete à ideia de isolamento.

Território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo. Se as ideias não são necessariamente enraizadas ou situadas no espaço, o fenômeno material e a ação política aos quais essas ideias concernem devem ser localizados em algum lugar do espaço geográfico (GOTTMANN, 1952, p. 48).

A expansão deve ser vista não somente como alargamento das fronteiras ou busca de novas terras, mas principalmente de novas relações políticas e econômicas. Assim como a ideia de isolamento como fator para manter a segurança, em geral, não subsiste no decorrer do tempo, principalmente nos dias atuais, em que é difícil a vida de povos que insistem em se manter à margem de um mundo cada vez mais globalizado, onde prevalece uma tendência cosmopolita. O território deve ser compreendido como uma extensão física ou imaterial dos espaços, onde poder e controle do que decorre das regras de comportamento sobre esse lugar/espaço.

Na perspectiva do geógrafo francês, Jean Gottmann (1973) o território é o espaço onde um governo exerce sua jurisdição, é o local politicamente organizado sob um domínio governamental, uma porção geográfica onde se estabelecem relações de natureza política. Segundo este geógrafo, território é “conjunto de terras agrupadas em uma unidade que depende de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime”.

Milton Santos (2006) aborda a questão do uso do território e propõe que “é o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”. Para Santos (2006), o território antecede ao espaço geográfico, o que o coloca diametralmente contrário ao pensamento de Raffestin (1993) que afirma ser o espaço geográfico antecedente ao território.

Para Raffestin (1993), a matéria-prima do território é o espaço geográfico do qual decorre e se amplia; para Santos (2009), a matéria-prima é o território, a partir do qual se cria espaços. Assim, é o uso do espaço territorial que materializa o conceito de território em todo o espectro multidimensional e concreto observado, social, político, econômico, cultural e antropológico.

Uma interseção há entre uma concepção e outra, é a que considera imprescindíveis a ação dos atores, seja no território, do ponto de vista de Santos (2006) seja no espaço na visão de Santos, para a gênese das inter-relações multidimensionais. Por assim dizer, estabelecer o conceito de território é uma tarefa de extrema complexidade, fato que levou Milton Santos (2009) a reconsiderar a sua concepção sobre uma definição acerca da matéria em sua obra "A Natureza do Espaço", reformulando sua linha de pensamento para concordar ao pensamento de Raffestin (1993), concebendo uma definição de território como "espaço apropriado socialmente."

Santos (2008) vislumbra os agentes hegemônicos de atuação no controle ou uso de produção e aborda “o território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes nele instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação.”

O território constitui essencialmente um espaço geográfico ou virtual onde se desenvolvem processos e relações de poder que pressionam e influenciam pessoas, grupos e organizações, atores sociais, promotores de constantes transformações, por meio de suas estratégias de territorialidade.

Sobre o território podemos destacar as projeções dos diferentes atores sociais que alteram a realidade de forma dinâmica.

(...) o território é usado a partir de seus acréscimos de ciência e técnica, e tais características o definem como um novo meio geográfico. Tanto sua constituição como seu uso exigem, todavia, parcelas volumosas de informação e sua presença desigual entre as pessoas e os lugares tampouco é alheia a esses conteúdos científico-técnicos. Estaríamos autorizados, por isso a entender a informação como um recurso, como áreas de abundância e áreas de carências (SANTOS, 2006, p. 47).

Na dimensão econômica do território (ou do espaço geográfico para Santos (2006), o autor destaca o uso de técnicas, em especial do uso do instrumento técnico-científico-informacional aplicado à condição geográfica da globalização, que além de introduzir acelerou processos da dinâmica territorial de desterritorialização e reterritorialização.

A concepção de território de Santos (2006) se dá pelas técnicas, objetos, coisas e meios de produção aplicados a um determinado espaço. O conceito de território, por seu caráter multidimensional, multiescalar, multidisciplinar e transcendental, que permite serem utilizadas como importantes ferramentas de análise de questões econômicas, políticas e culturais, bem como de conflitos relacionais inerentes à atuação de diversos atores no uso do território/espaço.

Diante das inúmeras abordagens aqui expostas faz-se necessário que se estabeleça um conceito genérico e abrangente do ponto de vista da Geografia, de modo a que não se deixe de atentar para a polissemia do termo território, que deve ser usado de forma adequada no estudo da Geografia em seus mais diversos ramos, assim como na sua aplicação multidisciplinar. Haesbaert (2004) enumera os variados elementos dessa pluralidade de aplicações do termo território dando a dimensão, amplitude e alcance do termo, senão vejamos,

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais. (HAESBAERT, 2004, p. 29)

A compreensão do território como um espaço delimitado com o fim específico de estabelecer fronteiras, de forma a se estabelecer uma jurisdição física e bem definida, além de instituir regras aplicadas com exclusividade naquele espaço delimitado, revela, por corolário, que há presente a apropriação (posse), a dominação e as múltiplas relações de poder ligadas por meio dos “nós” internos e externos que mantêm firme o tecido territorial por meio de trocas intercambiais de energia, força produtiva, informação, conhecimento e técnica.

Dessa forma, percebe-se um modelo padrão de Estado territorial, onde se estabelece, por meio da apropriação o domínio político do espaço territorializado, fazendo acontecer, numa de suas nuances, o fenômeno da territorialidade, que será especificamente tratado a seguir neste estudo, indo um pouco além da abordagem do conceito de território e territorialidade que se consolidou na Geografia Clássica e se protraiu até os dias atuais, embora haja certa inquietação no meio científico e acadêmico sobre o conceito clássico de território, que hodiernamente tem sido discutido nos mais diversos ramos das ciências sociais e naturais.

Sendo assim, podemos definir território como uma área resultante de determinado espaço geográfico apropriado, dominado e controlado, sobre a qual se estabeleceram relações de poder.

2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE HUMANA

A partir das diversas concepções do território, evoluímos para a definição da territorialidade, que se diferencia dos conceitos de território como espaço físico e transcende para atuação do homem sobre determinado espaço geográfico e além dele.

A busca teórico-conceitual de uma definição ampla de territorialidade não poderá ser afastada dos instrumentos da fenomenologia, de forma a se observar a complexidade de fenômenos por meio dos quais a territorialidade se manifesta de forma essencial, através dos fatos históricos, do tempo, do espaço e como o mundo a percebe e a vivencia. Não se trata de uma abordagem apenas filosófica, mas de uma observação holística em busca de uma compreensão integral dos fenômenos, uma vez que a Geografia se dedica, de forma convergente em relação aos demais

ramos das ciências sociais e naturais, para o estudo da constituição do mundo.

Uma das primeiras iniciativas para definir um conceito de territorialidade foi a do ornitólogo inglês Henry Eliot Howard (1873 a 1940), na obra "Territory In Bird Life" (1920) que a caracterizou como "a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie". Assim, a territorialidade é tudo quanto o homem produziu de transformações em determinado espaço que delimitado constitui um território.

Para definir o fenômeno da territorialidade há que se considerar o espaço, o território e o seu relacionamento com o ambiente e com o mundo em seus planos variados. A territorialidade reside no campo da percepção que se tem do poder exercido por um indivíduo ou, um grupo social, em determinado espaço geográfico que se converteu em território pela ação da vontade humana, exercida por meio das diversas relações que foram ali desenvolvidas e que se interconectam numa troca dinâmica e contínua de informações. Dessa maneira, concebemos que a territorialidade é uma manifestação muito mais cultural do que propriamente física e ela pode ocorrer em vários níveis ou dimensões dentro do mesmo espaço territorial, assim temos que em um mesmo território podem se manifestar diversas territorialidades.

As primeiras noções sobre territorialidade surgem a partir do comportamento instintivo dos seres territoriais para a defesa de um espaço que é concebido como "seu" por apropriação, assim para garantir a segurança, a sobrevivência, manifestam-se as relações para a manutenção de um território pelo instinto protetivo, isso não ocorre apenas com os animais, ocorre também com o ser humano que se revela como ser social-territorial por essência.

A territorialidade humana mantém a original motivação da territorialidade dos demais seres territoriais, mas se manifesta em razão da racionalidade de maneira muito mais complexa, com o fulcro de promover o controle do território, principalmente por meio de relações de poder e de tudo que delas decorrem, formando uma rica tessitura que se manifesta das mais diversas formas no meio ou espaço territorial.

Sem abandonar a motivação instintiva e biológica, surgem no homem,

enquanto ser social, outras motivações que traduzem suas territorialidades e se revelam por meio de ações de controle estrategicamente definidas e hierarquicamente praticadas, uma vez que não há uma relação de poder que não se manifeste de maneira sintagmática, isto é, por intermédio dos elementos, controlador e controlado, determinante e determinado, que se revelam em diversos graus de intensidade, desde os mais sutis até as mais severas formas de exercício de poder, sem, no entanto se afastar da essência que caracteriza o poder, capacidade de imposição de vontades nas relações, seja pela força, seja por convencimento ou influência. A partir dessas relações é que os atores se organizam e se auto-influenciam e aos outros, provocando as transformações vistas no mundo físico, no espaço geográfico territorial.

A geografia clássica ou pura, que considera como objeto de estudo a superfície terrestre com seus elementos naturais, em um dado momento se deu conta de que a presença do homem sobre a terra constitui um dos fatores de influência dos mais relevantes nas transformações geográficas do planeta, promovendo transformações não somente físicas, mas tecnológicas e culturais. Dessa forma, essa influência transformadora do homem sobre o meio em todas as suas órbitas de atuação, social, política, econômica, cultural, há de se integrar de forma definitiva e indissociável como objeto de estudo da Geografia em seus diversos ramos.

A territorialidade de Ratzel, concebida pelo prisma da Geografia Política Clássica, está relacionada à ocupação do solo e conceituado no âmbito sociológico e nacionalista.

(...) é fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. (...) os organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto com seu território. Sem isso não é possível o seu desenvolvimento, assim como sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado (RATZEL, 1990. p. 73).

E evidencia o autor, na sua concepção, a importância da ocupação do solo:

Quando se trata de um povo em via de incremento, a importância do solo pode talvez parecer menos evidente; mas pensemos ao contrário, em um povo em processo de decadência e verificar-se-á que esta não poderá absolutamente ser compreendida, nem mesmo seu início, se não se levar em conta o território. Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número mais ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do seu território, esse é sem dúvida o princípio da sua decadência futura (RATZEL, 1990, p. 74).

Ratzel (1990) aproximou as relações humanas aos estudos da geografia e vinculou as diversas expressões de um povo em determinado espaço, ocupado de forma permanente, onde essas expressões não poderiam subsistir sem estarem intimamente relacionadas com o espaço geográfico territorializado que ocupa. Em outras palavras, a territorialidade seria o vínculo e a identidade de um povo ou grupo social com dado espaço geográfico territorial.

O pensamento ratzeliano sofreu influência do momento histórico de sua existência na época em que se lutava pela construção do Estado nacional alemão e se buscava expansionismo territorial do Reich, por isso que a definição de território proposta por Ratzel (1990) está associada sempre com o referencial político da organização de Estado, como aquele único ente capaz de exercer o poder político satisfatoriamente.

A concepção de Ratzel (1990) segue uma lógica de pensamento que inicia no conceito geral da relação do homem com a natureza e nos conduz a uma definição geográfica do Estado. Segundo Ratzel (1987) o território constitui a expressão do Estado, seria um conjunto composto pela terra (solo) e pelo povo politicamente organizado para viver em sociedade, dessa relação, surge a territorialidade, que nessa linha de pensamento exigiria a expansão do território como uma necessidade premente, uma vez que o Estado necessita do território, sendo assim, concebeu Ratzel que,

Nesta poderosa ação do solo que se manifesta através de todas as fases da História, bem como de todas as esferas da vida presente, há alguma coisa misteriosa que angustia o espírito; pois a aparente liberdade do homem parece aniquilada. Vemos, com efeito, no solo a fonte de toda servidão. Sempre o mesmo e sempre situado no mesmo ponto do espaço, ele serve com suporte rígido aos humores, às aspirações mutáveis dos homens, e quando lhes acontece esquecer este substrato, ele os faz sentir seu poder e lhes recorda, através de sérias advertências, que toda vida do Estado tem suas raízes na terra. Ele regra os destinos dos povos com uma cega brutalidade. Um povo deve viver sobre o solo que recebeu do destino, deve morrer aí, deve suportar sua lei (RATZEL, 1990, p. 84)

Ratzel (1990) considerou também as relações econômicas como fatores que modificam as condições de estabelecimento humano e de organização política, que faz surgir o Estado pelo dinamismo das forças que une espaços, formando unidades cada vez maiores; seu pensamento estava sempre voltado aos expansionismo, uma vez que não admite a separação do solo, do povo na estrutura que define o Estado. Para Ratzel (1987) o estado é uma organização política que atua em conformidade com a consciência política de um povo e controla o território onde ocorre a atividade econômica imprescindível para a sobrevivência desse grupo social denominado povo.

Embora mantidos pela unificação política, se encontra subsumido por uma ordem superior de organização territorial, que reside mais na configuração das redes de comunicação que ligam as partes com o todo, do que naturalmente nas características de cada um separadamente.

Finalmente, esta lógica geográfica, o que sugere a existência do Estado, continua a ser, de acordo com Ratzel (1987), mais fundamentalmente importante em longo prazo do que as circunstâncias históricas, sempre pela força da unificação de um povo por meio do espaço que concebe como território. Ocorreu, no entanto, a partir de uma nova e mais ampla visão do pensamento geográfico, uma evolução dos conceitos de território, territorialização e territorialidade.

Uma sutil, mas relevante diferença entre os conceitos que derivam se interligam e se comunicam entre si, sem, no entanto serem a mesma coisa. Território

vai além do espaço geográfico, estando presente além desses limites, ou base concreta onde o poder é exercido, extrapola fronteiras; territorialização é o processo de intervenção humana em determinado espaço geográfico constituído, que produz o território; territorialidade é a percepção imaterial ou material que se expressa por meio da identidade de um grupo social com determinado lugar. Em comum, há que nas três definições encontram-se presentes atores individuais e constituídos que se relacionam impulsionados pelas expressões de poder, sem, no entanto considerar as contradições internas de um Estado.

Segundo Raffestin, (1993) o poder que é exercido e não adquirido evidencia as intenções dos diversos atores saídos dessa população, sendo necessária para compreensão do contexto, a busca de meios que mostrem as várias referências de poder que se materializam no território, principalmente no que diz respeito às intenções desses personagens da sociedade, que associada aos efeitos da materialização de suas práticas no território tem seus reflexos na sua própria territorialidade, senão vejamos:

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Para Raffestin (1988, p. 265), a territorialidade constitui um “conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos.”

Sack (1986) concebe a territorialidade como uma forma de expressão de poder em determinado território politicamente estruturado, exercido pelo Estado, que impõe por meio de autoridade, capaz de exercer o controle do meio social e influenciar os

indivíduos e suas atividades, ressaltando que este exercício de poder poderá advir do próprio território ou de fora seus limites, neste momento, observa-se o aspecto transcendental da territorialidade.

Nesta perspectiva, de acordo com Sack (1986) a territorialidade se materializa por meio de estratégias espaciais usadas de domínio, que se fundamentam sobre três aspectos: o controle, a forma e comunicação, simultaneamente. Ao se exercer o controle se estabelece de imediato a área entre os limites, onde este controle será exercido, que se realiza por meio da comunicação sobre o território controlado, dominado, apropriado.

Na concepção de Gottman (1975), a territorialidade manifesta-se por um sistema dinâmico exercido sob uma autoridade dentro de determinado regime, que se desenvolve dentro de um espaço concebido como unidade política.

No trabalho de pesquisa da geógrafa Becker (1983), registrado no artigo “O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo”, publicado no ano de 1983, a territorialidade é definida pelo espaço apropriado e transformado pelas relações de poder e essas relações se expressam por grupos dominantes, que se desenvolvem na produção da riqueza, renda, trabalho e emprego, desenvolvimento local e preservação cultural.

Santos (1999) nos remete à ideia da metáfora do “retorno” do território, em que os territórios habitados por pessoas comuns se confrontam a tendência de expansão e imposição para todos os cantos do mundo das relações capitalistas de produção, num processo de mundialização, e a tendência de homogeneização dos costumes e usos no consumo individual – processo de globalização.

Temos a concepção clássica naturalista do território que se consolidou na ideia espacial, que historicamente justificou e justifica as guerras de conquista e a concepção do território do indivíduo que evidencia a territorialidade, numa abstração porque se pauta no espaço das relações, nos sentidos e na cultura, assumindo o conceito de território uma diversidade de significados.

A geografia brasileira atualmente conceitua o espaço geográfico como aquele “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de

sistemas, de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1999, p.51).

2.3 TERRITÓRIO E MINERAÇÃO DA AMAZÔNIA PARAENSE

Foram relevantes as transformações territoriais ocorridas, a partir da década de 1980, na região Sudeste do Estado do Pará – em especial na área onde se concentram os maiores projetos de mineração – advindas do crescimento econômico e populacional, fomentadas pela nova atividade. Os múltiplos processos que iniciaram na década de 1980 impactaram a região Sudeste do Pará e provocaram muitos conflitos entre os atores sociais.

Observamos a configuração territorial da região Sudeste Paraense e o que se verifica são estruturas urbanizadas e redes ou malhas políticas que diferem das outras regiões do Estado do Pará; após a implantação de um poder econômico baseado numa economia mineral teve início um processo de ocupação rápido e desordenado do território, gerando graves conflitos sociais, entre eles o aumento da violência nas áreas artificialmente urbanizadas.

A área rural também foi impactada, principalmente por ter ficado mais próxima da sede dos novos municípios; se comparada ao *status quo ante*, as terras passaram a despertar interesse, passaram a ser concentradas por meio de processos de aquisição, levando ao surgimento dos denominados trabalhadores sem-terra, que em boa medida, esse processo ocorreu por causa dos reflexos dos projetos de exploração mineral implantados na região, aliados a uma política agrária ineficaz que quando é aplicada aumenta ainda mais os conflitos entre os latifundiários e os sem-terra, que passam a migrar para as áreas urbanizadas em busca de trabalho, contribuindo para o crescimento demográfico dos municípios da região Sudeste do Pará.

Como se nota, os problemas não ocorrem de forma isolada e pontual, geram uma cadeia de outros problemas na rede de territorialidades, resultante da atividade econômica minerária e das políticas praticadas na região, problemas complexos que exigem soluções complexas. A organização econômica do território, que orbita em

torno principalmente dos projetos de mineração, na região Sudeste do Pará produziu diversas territorialidades e são essas territorialidades as causas dos diversos fenômenos responsáveis pelas transformações socioespaciais na região.

Uma das consequências dessa transformação é que ao mesmo tempo em que mantém eixos de desenvolvimento atendendo aos interesses das elites locais, regionais, nacionais e internacionais, também formam nichos de pobreza, em um contraste violento entre o aporte bilionário de investimentos com a extrema pobreza detectada em alguns municípios.

FIGURA 1 – Complexo minerador de Carajás



Fonte: Vale Projetos S11D (2013).

O poder atuante em camadas sobrepostas nas instâncias governamentais, também sujeitas voluntariamente ao poder econômico, acaba por legitimar a

"ditadura" do projeto mínero-energético, que em última instância comanda e domina a região, que por vezes, desconsidera a realidade local e contraria os interesses da sociedade e do ambiente natural, frustrando expectativas ambientais e sociais, o que inevitavelmente provoca grandes conflitos. A expansão dos projetos de mineração segue em franco crescimento, a exemplo do Projeto de Ferro S11D em Canaã dos Carajás, que entrou em operação neste ano de 2016, legitimado pela obtenção de licença para ser implantado.

Os grandes conglomerados constroem grandes estruturas na região, mas todas voltadas para atender os interesses da exploração mineral, o foco são seus megaempreendimentos, que na maioria dos casos não estão conciliados com os interesses da sociedade local, tudo isso legitimado pelo poder político que também não volta o seu olhar sobre os problemas sociais.

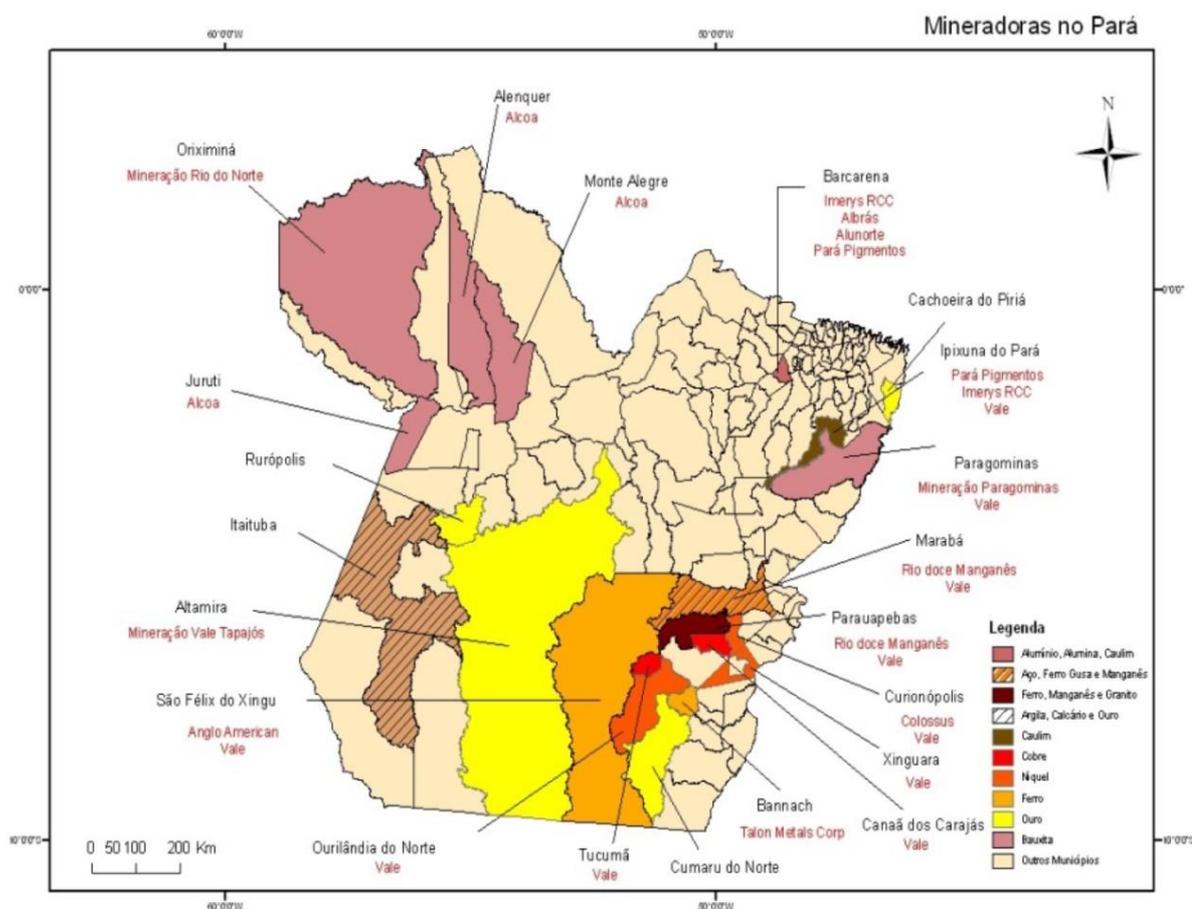
Na região de Carajás, a partir da instalação de projetos ligados às atividades mineradoras, foi possível identificar relações de poder econômico manifestadas pelos enormes investimentos na mineração. Desse poder suscitamos a capacidade desta atividade de promover o desenvolvimento socioeconômico da região, aliás que o desenvolvimento econômico surgiria de forma natural era inevitável, o que se questiona é se o reflexo deste desenvolvimento econômico ou crescimento da arrecadação poderia ser visualizado na dimensão social, na distribuição de renda e na melhoria da qualidade de vida da população da região.

O que se observa é que a maioria das populações das cidades no entorno destes grandes projetos se encontram em situação de pobreza e sem perspectivas de desenvolvimento socioeconômico, o que contrasta com a enorme riqueza extraída do solo, constata-se que não ocorreu a verticalização da produção. Os frutos extraídos da terra não serviram aos legítimos "donos" da terra.

A concentração da riqueza e as políticas de distribuição de renda não podem ser percebidas no município de Canaã dos Carajás. O que se observa é que a riqueza gerada pela extração mineral não é aplicada no local. O que se buscou com a tecnologia e desenvolvimento na atividade econômica novilínea e primordialmente estranha ao local não foi concretamente voltada para o próprio local, embora o espaço tenha se metamorfoseado ao bel prazer de seus exploradores, aqueles que

estão com o "domínio das condições econômicas, culturais e políticas". Ocorre que uma nova rede formada pelo poder político constituído e pelo poder econômico elitizado têm a hegemonia sobre as relações político-econômicas na região Sudeste do Estado, onde Canaã dos Carajás geograficamente está inserida.

MAPA 1 – Distribuição espacial das mineradoras no Pará



Fonte: Base cartográfica IBGE (2010).

Quando olhares se voltam para a Amazônia, muitos questionamentos surgem sobre suas prioridades, a sua importância mundial, nacional e regional, como harmonizar e reduzir os conflitos que surgem das relações de poder entre os diversos atores sociais e as mais diferenciadas territorialidades, sobre como conciliar essas camadas que se sobrepõem e contrapõem num mesmo território.

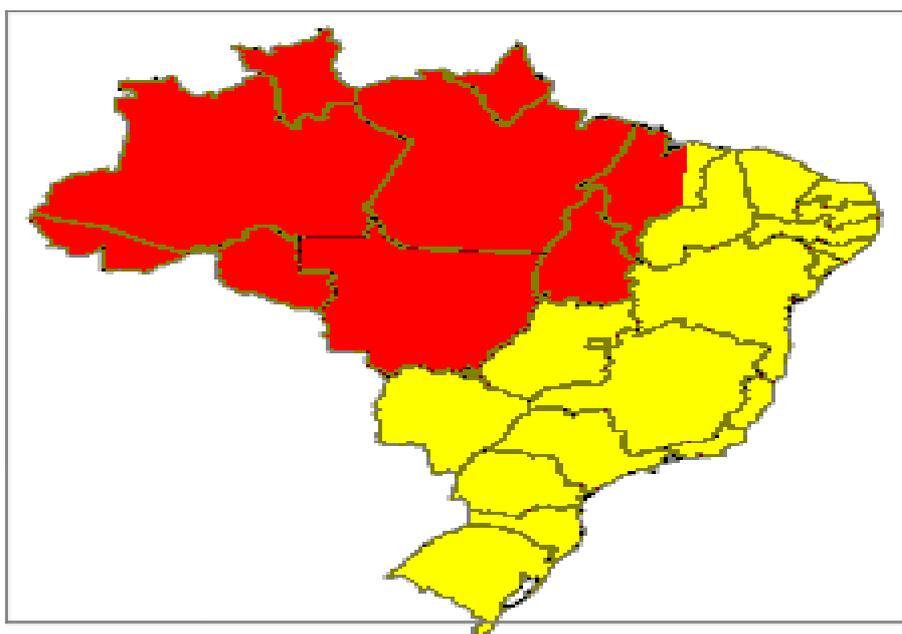
Os processos produzidos pelo poder econômico dos Projetos de mineração foram os catalizadores das transformações iniciadas na década de 1980, na região Sudeste do Estado do Pará. Seguiram a essas transformações mudanças relevantes

na estrutura política e econômica dos territórios nos municípios que foram afetados pela implantação da atividade de mineração, com destaque para a explosão demográfica e a fragmentação dos territórios.

Estes territórios onde se concentram as maiores jazidas de minerais do mundo são atrativos por todos os atores sociais, tanto os que exercem poder econômico, quanto os que exercem poder político, bem como aqueles que buscam melhores condições de sobrevivência por meio do trabalho. Estes atores em suas relações de poder desenvolveram diversas territorialidades que nesse complexo se manifestam em choques violentos de interesses, causados pela competição, pelo uso do espaço, produzindo territórios cada vez mais fragmentados, como por exemplo, o fenômeno da proliferação de municípios por meio da fragmentação territorial.

No Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM - 2030) que constitui uma ferramenta estratégica para definir as políticas aplicadas ao setor mineral, como a utilização destes recursos para o desenvolvimento sustentável do País nos próximos 20 anos, temos o Projeto S11D no município de Canaã dos Carajás que traz promissoras expectativas econômicas para o município e para todos os demais afetados pela mineração, principalmente aqueles localizados no Sudeste do Estado do Pará.

MAPA 2 – Amazônia Legal em relação ao restante do Brasil



Fonte: Base cartográfica IBGE (2010).

A Amazônia Legal é uma área constituída de nove estados brasileiros, localizados na região da bacia amazônica e da floresta e vegetações amazônicas, assim designadas para promover o planejamento, desenvolvimento social, bem como para promoção de políticas de preservação dos seus recursos, que foi criada pela Lei N.º1.806/1953 e corresponde a 61% do território nacional, constituindo uma área de cerca de 5.217.423 km² de extensão.

MAPA 3 – Mapa político da Amazônia Legal



Fonte: Base cartográfica IBGE (2010).

MAPA 4 – Microrregiões da Amazônia Legal



Fonte: Base cartográfica IBGE (2010).

A Amazônia legal divide-se em três macrorregiões: Arco do Povoamento Adensado, Amazônia Central e Amazônia Ocidental. O Arco do Povoamento Adensado vai do sudeste do Acre ao Sul do Amapá, incluindo Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e o Sudeste e Nordeste do Pará. A Amazônia Central abrange o Oeste e o Norte do Pará, Norte do Amapá e o vale do Rio Madeira, no Amazonas. A Amazônia Ocidental abrange parte do estado do Amazonas, mais Roraima e o Centro e Oeste do Acre. A produção mineral na Amazônia desenvolve-se de dois modos: por meio da exploração industrial, em larga escala, e por meio da exploração garimpeira, em pequena escala.

Os principais conglomerados industriais voltados para o desenvolvimento da extração, transformação industrial, comercialização nacional e exportação de minerais na Amazônia estão localizadas no Arco do Povoamento Adensado, em Carajás, na exploração do ferro, do alumínio primário e da alumina que são produzidos pela Albrás/Alunorte no estado do Pará e pela Alumar no estado do Maranhão, e também do caulim extraído no Pará; a bauxita é extraída na região do Trombetas no Pará e a cassiterita nos estados do Amazonas e Rondônia.

O aporte financeiro aplicado nos empreendimentos para exploração mineral na Amazônia é gigantesco e é responsável por três quartos do valor total das

exportações do Pará, no entanto, as atividades desenvolvidas na exploração mineral não se refletem no desenvolvimento da região, com poucos benefícios econômicos para a população local, mas com impactos ambientais desastrosos e duradouros.

As cadeias produtivas advindas da exploração da atividade não se sedimentam na região e aproveitam mais para outras regiões do Brasil e fora dele. A produção mineral na região gera emprego e renda abaixo das expectativas e depende de energia de baixo custo, mas que provoca elevado impacto ambiental. A maior parte da energia utilizada na atividade é produzida pela hidroelétrica de Tucuruí, que é subsidiada, porém ainda se utiliza o carvão vegetal que é originário de florestas primárias, mesmo quando é produzido a partir do refugo de serrarias.

A geração de tributos pela atividade, em comparação ao faturamento das empresas, tem contribuído pouco para o desenvolvimento regional. A implantação de projetos de exploração da atividade de mineração na Amazônia, mais especificamente no Sudeste paraense, exerce influência significativa sobre os territórios onde esta atividade se desenvolve, tendo como principal corolário a explosão demográfica e tudo o que advém do aumento populacional descontrolado. O estabelecimento de grandes empresas como a CVRD - Companhia Vale do Rio Doce, ao mesmo tempo em que contribui sobremaneira para o desenvolvimento econômico nacional, à medida que fomentam o uso de novas tecnologias e geração de emprego e renda para o país, também provoca desequilíbrios sociais e ambientais nas áreas de exploração mineral.

Os núcleos de desenvolvimento da atividade minerária, ainda que recebam dotações de infraestrutura tanto da parte do poder público, quanto (em menor escala) das grandes empresas exploradoras de minérios, suas populações nem sempre usufruem do progresso, que está voltado muito mais às grandes empresas, que usam a energia elétrica barata, estradas, portos e recebem generosos incentivos fiscais, do que para a população.

A hegemonia das grandes empresas exploradoras de minério na Amazônia paraense se estabelece pelo controle do espaço, da infraestrutura, dos recursos públicos e forte influência política. A atividade minerária se desenvolve na Amazônia paraense com foco na exploração por meio de incentivos do Estado, exerce

influência negativa nas comunidades locais e no meio ambiente.

Observa-se que a exploração empresarial da atividade minerária na Amazônia paraense é desenvolvida fundamentalmente pela Aluminium Limited of Canadá - Alcan (bauxita), Mineração Rio do Norte - MRN (bauxita) e Companhia Vale do Rio Doce - Projeto Carajás (ferro, manganês, cobre, níquel e ouro).

A exploração da atividade mineral no estado do Pará desenvolve-se no Oeste, nos municípios de Oriximiná, Juruti, Monte alegre, Alenque e Óbidos; no Nordeste, nos municípios Paragominas, São Domingos do Capim e Barcarena; no Sudeste nos municípios de Marabá, Cuiromópolis, Parauapebas e Canaã dos Carajás; e no Sul, nos municípios de Xinguara, Ourilândia do Norte, Tucumã, São Félix do Xingu, Rio Maria, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Conceição do Araguaia.

As relações sociais nos municípios onde se desenvolveram atividades de mineração, tais como ocorreu em Canaã dos Carajás-PA, acabaram por mudar o curso da história destas localidades e até artificialmente a mudar a vocação original destas áreas. Neste contexto, não se pode prescindir de entender as inter-relações estabelecidas entre os atores que se agregaram em torno da nova atividade econômica, mescladas aos atores locais e as consequências sociais advindas desta alteridade.

Foram identificadas novas relações sociais em torno da atividade econômica da extração, que culminaram em uma nova configuração territorial e, por conseguinte, no surgimento de novas territorialidades materializadas em diversos níveis, mais nas escalas sociais, políticas, econômicas e culturais.

O território produzido em Canaã dos Carajás passou por transformações a tal ponto de modificar de forma significativa os aspectos físicos e sociais, definindo diferentes formas de territorialidades oriundas na nova realidade que nasceu das diferentes práticas sociais. Dessa forma, o Poder ou os vários Poderes em ação no território Canaã dos Carajás-PA ficarão no centro desta análise, mas não como as únicas formas de entender a utilização daquele território, mas se juntando diversos elementos que podem contribuir para ressaltar os vários momentos da produção e no ordenamento deste território.

É a relação social que provoca o exercício do poder e é catalisada pela atuação dos atores sociais que se atam e se fortalecem com a finalidade de alcançarem seus objetivos em prol de seus interesses em dado território. Em Canaã dos Carajás-PA foi que se observou a partir do desenvolvimento do município, intensificando-se a partir da instalação em larga escala da atividade de exploração mineral, estabelecendo assim uma nova nova ordem social.

3. POPULAÇÃO, ARRECADAÇÃO E IMPACTOS DA MINERAÇÃO EM CANAÃ DOS CARAJÁS

O Brasil conhecido mundialmente como país exportador de matéria-prima, principalmente na área de mineral, tem no Pará, mais especificamente nos municípios-sede de atividade de mineração, um complexo de indústrias associadas a grandes empresas internacionais, o que não é diferente no município alvo. Este processo de industrialização, que tem por consequência o aumento de arrecadação de impostos e a elevação do índice de criminalidade nestas áreas, passa pelo contexto dos diferentes atores sociais, assim como, os agentes situados nas diversas esferas políticas (estaduais, regionais, nacionais e internacionais).

O ponto de partida, ou seja, o foco central do presente estudo é mostrar diversamente a relação de poder que Raffestin (1993) diz que circula em toda relação (arrecadação de impostos municipais versus criminalidade) e as implicações socioterritoriais apresentadas no município de Canaã dos Carajás, nos últimos sete anos (2008 a 2014). Por outro lado não podemos deixar de abordar a questão socioeconômica daquele município a partir da exploração mineral da Vale (S11D) na Serra Sul de Carajás. Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, dessa forma, é a partir das informações colhidas no território do município que iremos compreender melhor a questão do poder e suas implicações em Canaã dos Carajás.

3.1 CANAÃ DOS CARAJÁS: SURGIMENTO, CRESCIMENTO POPULACIONAL E IMPACTOS DA MINERAÇÃO

A seguir analisaremos os fatores que provocaram o crescimento populacional e as variações dos índices de densidade demográfica na área territorial que hoje pertence ao município de Canaã dos Carajás-PA, desde a fase de ocupação por via de assentamento até os dias atuais, passando pela importante fase que correspondeu à implantação e desenvolvimento da atividade de exploração mineral naquele município, bem como os impactos causados pela mineração, de grande interesse principalmente para área de segurança pública no monitoramento dos indicadores de criminalidade.

Não podemos tratar da ocupação e surgimento de um território sem

considerandos da ação humana em determinado espaço geográfico, que se estabelece por meio de relações de poder que exigem um mínimo de ordem em meio à organização social. Assim, o surgimento de um território não se dá por mera aglomeração humana, mas acontece a partir das interações que os variados grupos humanos promovem no espaço geográfico, tornando-o um território minimamente habitável e viável de convivência social, promovendo o mínimo existencial e a segurança.

A multiplicidade de formas de territorialização, modos diversos de apropriação, dominação e uso do espaço territorial, inexoravelmente deságua em interesses conflitantes, inerentes ao homem social, para garantir a reprodução, sobrevivência, que são determinados pelos níveis escalares de segurança e para isso, em nosso sentir equivocado, o poder dominante por meio dos chamados agentes socializadores não naturais que são utilizados como ferramentas de hegemonização do status quo, isto é, de controle impositivo em nome da ordem social, quando em verdade, como se observa, ocorrem para satisfação pura e simples da classe dominante e sua manutenção no poder hegemônico estabelecido.

Quando as classes dominantes por meios impositivos sujeitam e subordinam outra classe social ou grupo organizado, satisfazendo os interesses do topo da pirâmide social elitizada em detrimento da base, para fazê-los renunciar à suas identidades e interesses ocorre a hegemonia.

Ocorre que a partir de interesses individuais e coletivos aparecem os conflitos advindos das redes sociais que se interconectam, sendo assim, o espaço geográfico uma vez ocupado e afetado pelas relações dos diversos atores sociais não existe sem conflitos, em outras palavras, no espaço em que há relações sociais sempre haverá conflitos. Esses conflitos, que ocorrem em todas as relações sociais, políticas, econômicas e sociais, entre as mais relevantes e facilmente percebida é aquele cujas consequências ensejam na violência urbana.

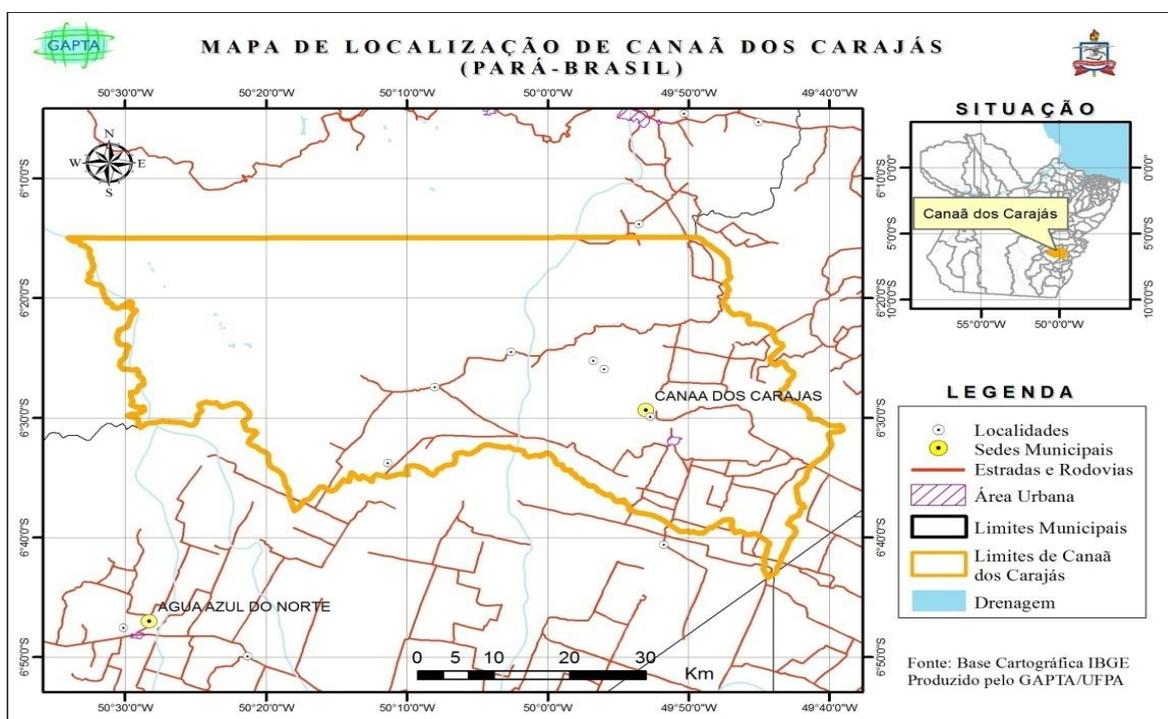
O crescimento populacional excepcional ocorrido em Canaã dos Carajás, estimulado a partir da implantação da indústria da mineração e de outras atividades que se desenvolveram em sua órbita, não acompanha o desenvolvimento e ordenamento da área urbana. Dessa forma, o processo de urbanização, o aumento populacional pelos

atrativos da atividade minerária, são causas de aumento dos índices de criminalidade, fenômeno que também ocorreu em Canaã dos Carajás.

3.1.1 SURGIMENTO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

O município de Canaã dos Carajás é originário de um assentamento agrícola (Projeto de Assentamento Carajás - implantado 1982 pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins - GETAT) do Governo Federal e fazia parte do município de Parauapebas, do qual foi desmembrado por meio da Lei Estadual 5.860 de 5 de outubro 1994; integra a mesorregião do Sudeste Paraense e a microrregião Parauapebas, com população de 26.701 habitantes em 2010 e estimada em 33.101 habitantes para 2015; possui uma extensão de 3.147 Km² e densidade demográfica de 8,49 hab/Km² (IBGE, 2010).

MAPA 05 – Mapa de Localização de Canaã dos Carajás



Fonte: Base de Dados IBGE.

Canaã dos Carajás, que se encontra dentro da bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas, está localizada nas seguintes coordenadas geográficas Latitude: 6.49737

(6° 29' 51" Sul); Longitude: 49.8784 (49° 52' 42" Oeste) e tem como limites, ao Norte, Parauapebas; a Leste, Curionópolis e Sapucaia; ao Sul, Água Azul do Norte; a Oeste, Parauapebas.

O fenômeno da emancipação para desmembramento de áreas e criação de municípios ocorreu com muitas localidades na região dos Carajás e com Canaã dos Carajás não foi diferente, esses desmembramentos foram motivados por razões econômicas e políticas, com foco na arrecadação que sofreria um aumento explosivo a partir da implantação da atividade minerária e das atividades que foram fomentadas no entorno da extração mineral.

A principal motivação alegada para a ocorrência de inúmeros desmembramentos e criação de novos municípios era a de levar o desenvolvimento para regiões localizadas em áreas rurais, no interior dos municípios originários e para áreas distantes da sede municipal.

No entanto, o verdadeiro motivo que se verifica é o interesse da elite política local nos lucros que o desenvolvimento da atividade de exploração mineral poderia gerar. Estabeleceu-se uma verdadeira "corrida ao ouro", isto é, cada espaço territorial sob domínio de atores que exerciam o poder hegemônico se pôs em busca de seu quinhão, sob o pretexto de levar desenvolvimento para áreas que ficavam esquecidas pelo poder público.

Verifica-se o processo de transformação do território e o surgimento de territorialidades na área instituída como Canaã dos Carajás, deixando evidente que o fenômeno de ocupação territorial, desde a fase de assentamento agrícola até o processo de urbanização, ocorreu pela atuação do poder sobre aquele espaço.

A partir dos interesses sociais, políticos e econômicos que foram se apresentando no meio social, o espaço territorial sofreu importantes transformações, desde a territorialização e territorialidades surgidas na fase do assentamento da área impulsionada pelo poder político e social, até o descobrimento da reserva de cobre e início da exploração, quando ocorreu a urbanização acelerada, novas estruturas físicas sobre o meio (território) e surgimento de novas e mais diversificadas territorialidades pela atuação do poder político e econômico. O desmembramento de

Canaã de Carajás do Município de Parauapebas ocorreu em 1994 por meio da edição da Lei nº 5.860, quando o local passou a se constituir como ente político emancipado.

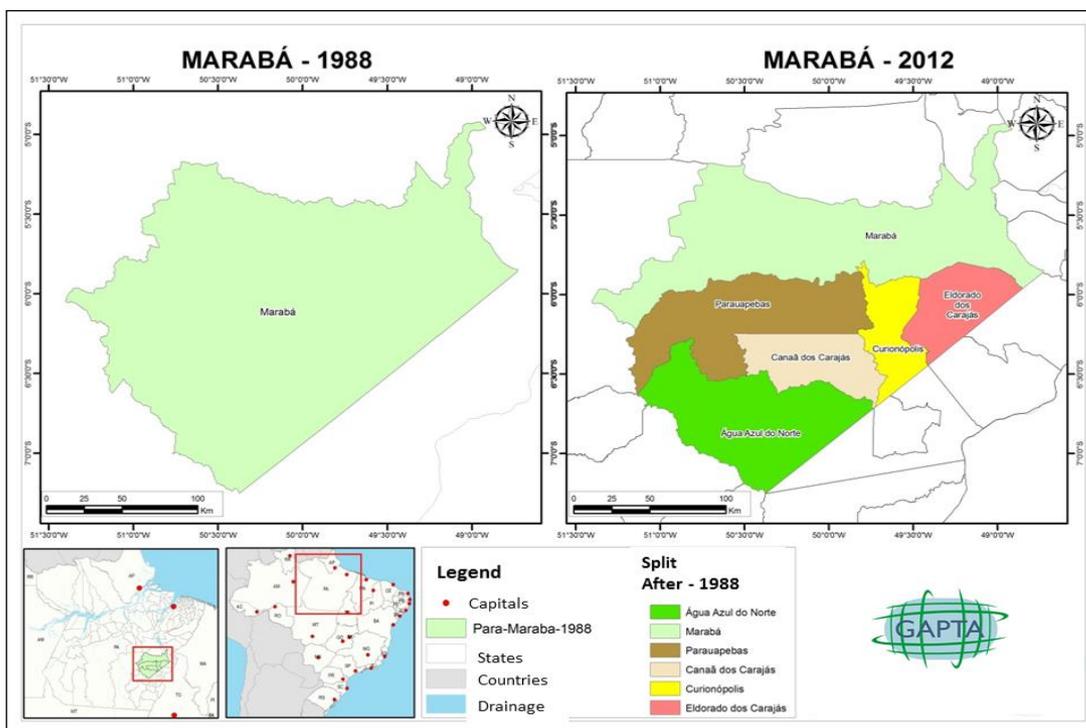
No quadro abaixo é possível verificar a fragmentação territorial iniciada com mais intensidade a partir de 1982, coincidindo com o início da atividade minerária na região, fator deflagrador do fenômeno.

QUADRO 01 – Data de criação dos municípios da mesorregião Sudeste do Pará

Município	Ano de Criação do Município	Município de Origem	Lei de Criação
Marabá	1913	São João do Araguaia	Lei nº 1.278
Conceição do Araguaia	1935	Marabá	Lei no 1.091
Itupiranga	1947	Marabá	Lei nº Lei 62 alterada pela Lei nº 158
Tucuruí	1947	Baião	Lei nº Lei 62 alterada pela Lei nº 158
Santana do Araguaia	1961	Conceição do Araguaia Marabá	Lei nº 2.460
São João do Araguaia	1961	Marabá	Lei nº 2.460
São Félix do Xingu	1961	Altamira	Lei nº 2.460
Jacundá	1961	Itupiranga	Lei nº 2.460
Paragominas	1965	São Domingos do Capim e Viseu	Lei nº 3.235
Redenção	1982	Conceição do Araguaia	Lei nº 5028
Rio Maria	1982	Conceição do Araguaia	Lei nº 5028
Rondon do Pará	1982	São Domingos do Capim e Moju	Lei nº 5027
Xinguara	1982	Conceição do Araguaia	Lei nº 5028
Parauapebas	1988	Marabá	Lei nº 5.443
Santa Maria das Barreiras	1988	Santana do Araguaia	Lei nº 5.451
Bom Jesus do Tocantins	1988	Conceição do Araguaia	Lei nº 5.455
Curionópolis	1988	Marabá	Lei nº 5.443
Ourilândia do Norte	1988	São Félix do Xingu	Lei nº 5.449
Tucumã	1988	São Félix do Xingu	Lei nº 5.455
São Geraldo do Araguaia	1988	Xinguara	Lei nº 5.441
Dom Eliseu	1988	Paragominas	Lei nº 5.450
Brejo Grande do Araguaia	1988	São João do Araguaia	Lei nº 5.448
Goianésia do Pará	1991	Rondon do Pará, Jacundá, Moju e Tucuruí	Lei nº 5.686
Breu Branco	1991	Tucuruí, Moju e Rondon do Pará.	Lei nº 5.703
Água Azul do Norte	1991	Parauapebas	Lei nº 5.694
São Domingos do Araguaia	1991	São João do Araguaia	Lei nº 5.706
Novo Repartimento	1991	Tucuruí, Jacundá e Pacajá.	Lei nº 5.702
Eldorado do Carajás	1991	Curionópolis	Lei nº 5.687
Abel Figueiredo	1991	Bom Jesus do Tocantins	Lei nº 5.708
Palestina do Pará	1991	Brejo Grande do Araguaia	Lei nº 5.689
Ulianópolis	1991	Paragominas	Lei nº 5.697
Pau D'Arco	1991	Redenção	Lei nº 5.696
Cumarú do Norte	1991	Ourilândia do Norte	Lei no 5.710
Floresta do Araguaia	1993	Conceição do Araguaia	Lei nº 5.760
Nova Ipixuna	1993	Jacundá e Itupiranga	Lei nº 5.687
Bannach	1993	Ourilândia do Norte	Lei nº 5.761
Canaã dos Carajás	1994	Parauapebas	Lei nº 5.860
Piçarra	1995	São Geraldo do Araguaia	Lei nº 5.934
Sapucaia	1996	Xinguara	Lei nº 5.961

Fonte: Base de Dados IBGE.

MAPA 6 – Municípios desmembrados de Marabá



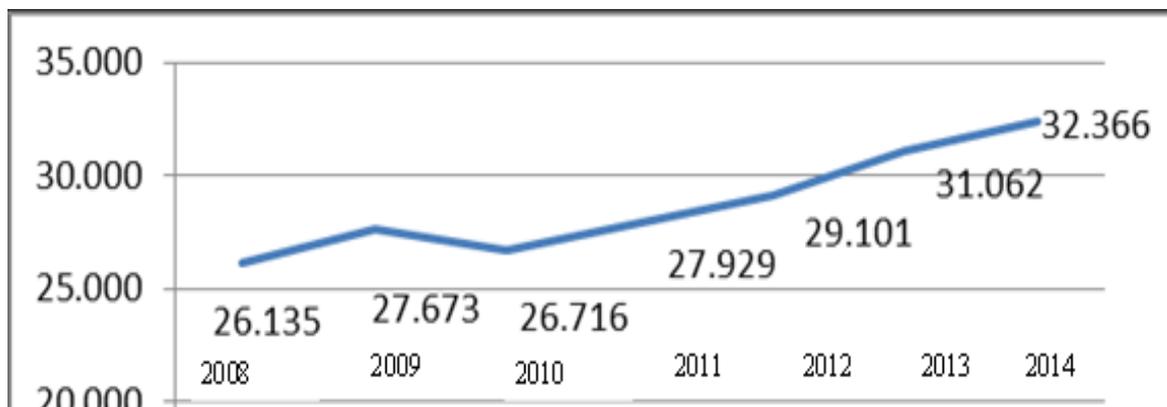
Fonte: Base de Dados IBGE.

3.1.2 MINERAÇÃO E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

A extração mineral tornou-se a base da economia do município que, embora tenha forte vocação agrícola e de pecuária leiteira e de corte, passou a desenvolver atividade minerária por meio da Mineração Serra do Sossego, subsidiária da mineradora Vale para extração de Cobre a partir do ano de 2002, que teve a exploração comercial iniciada em julho de 2003.

A ocupação e o uso do território da região de Carajás pelas grandes empresas exploradoras de minérios causaram impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais e modificou a paisagem da região, que além de ter sido redesenhada pela instalação de infraestrutura erigida no entorno das grandes mineradoras, também recebeu um aporte humano explosivo com o aumento demográfico na região. A exploração mineral em Canaã dos Carajás provocou uma explosão populacional no município, que no ano de 2000 tinha aproximadamente 10.922 habitantes passando para a população de 32.366 em 2014 e estimada de 33.632 habitantes em 2015, segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

GRÁFICO 1 – População do município de Canaã dos Carajás



Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS.

Do mesmo modo como ocorreu com a exploração do ferro, do manganês e do ouro em Parauapebas na Serra dos Carajás, a instalação e projetos de exploração e início da mina de Cobre do Sossego, a partir do ano 2000, provocou um intenso movimento migratório de várias partes do restante do estado do Pará e de todo o Brasil em direção à Canaã dos Carajás, em busca de novas oportunidades de trabalho e emprego. Este processo migratório intenso causou uma explosão populacional, fazendo com que o número de habitantes saltasse de 10.922 habitantes em 2000 (IBGE, Censo 2000), para 33.632 habitantes em 2015 (IBGE/DPE, População Estimada, Censo 2010). Em 15 anos, o município apresentou uma taxa de crescimento populacional de cerca de 208%.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Canaã dos Carajás ocupa a 62ª posição dentre os municípios mais populosos do Estado do Pará. Os dados comparativos em relação aos municípios vizinhos, entre o ano de 2014 e o ano de 2015, temos o seguinte quadro de crescimento absoluto: Canaã dos Carajás passou de 32.366 para 33.632 habitantes; Marabá passou de 257.062 para 262.085; Parauapebas de 183.352 para 189.921; Xinguara de 42.465 para 42.833; Eldorado de 32.544 para 32.664. O que significa que o município objeto deste estudo, Canaã dos Carajás, em apenas um ano apresentou um crescimento correspondente a 3,9%.

Dados recentes demonstram que a explosão populacional em Canaã dos Carajás é um fenômeno em curso e que continua intenso o fluxo migratório no município.

GRÁFICO 2 – Evolução populacional



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

Contudo, foi realizado em Canaã dos Carajás um levantamento censitário independente pela prefeitura do município em 2014 e os dados populacionais coletados apresentaram um resultado maior do que as estimativas do IBGE/DPE. Segundo este levantamento, o município contava com população residente de 52.862 habitantes, uma diferença na ordem de 57% entre os dados levantados e os dados estimados. Este fenômeno pode ter sido ocasionado pela recente instalação do projeto S11D para extração de minério de ferro.

O perímetro urbano em Canaã dos Carajás cresce proporcionalmente ao

aumento populacional, desde a implantação do Projeto Sossego, destinado à extração de cobre, nos anos 2000, até a instalação do projeto S11D neste ano de 2016, destinado à extração de minério de ferro.

Diante disso, e não por coincidência, surgiram os problemas sociais que o rápido crescimento demográfico provoca pela atração para os núcleos onde se desenvolvem o extrativismo mineral, há o contraste entre o crescimento econômico e o aumento do índice de criminalidade (IC).

A atratividade da atividade de mineração provocou um intenso movimento migratório na região, inclusive dentro da própria região, na troca de papéis dos atores que migraram de áreas rurais para urbanas e externas, atores que migraram de outras regiões, que quando não se colocam, não se adequam ou não se adaptam ao trabalho ou emprego, são fatores de saturação das áreas periféricas dos centros urbanos e se transformam em problema social. As vulnerabilidades sociais são fáceis de serem detectadas nas periferias dessas cidades.

3.2 ARRECADAÇÃO FISCAL E INVESTIMENTOS EM CANAÃ DOS CARAJÁS

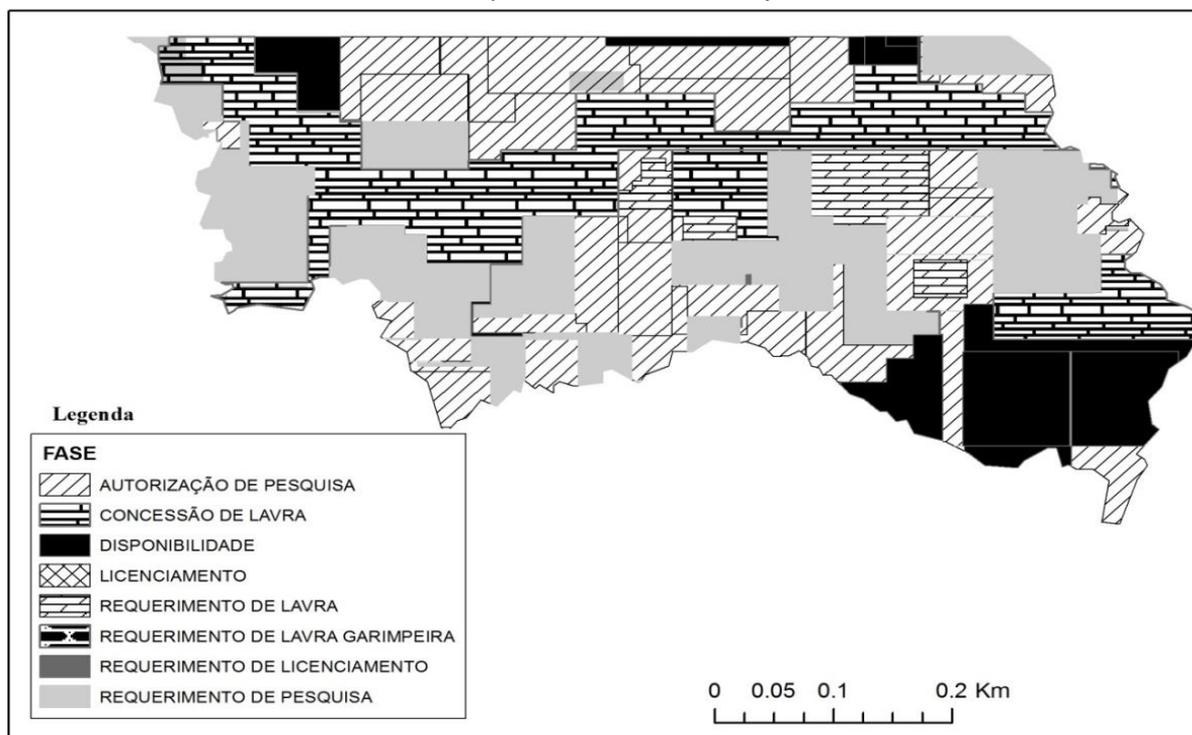
Em 2001, o Produto Interno Bruto de Canaã dos Carajás-PA era de cerca de R\$ 17 milhões, após a implantação da Mineração Serra do Sossego da companhia Vale, para extração de cobre em seu território, com investimentos superiores R\$ 1 bilhão, Canaã dos Carajás-PA sofreu acelerada transformação territorial com um crescimento econômico excepcional.

O Estado incentiva projetos voltados para a mineração, pesquisa, transformação, logística e infraestrutura e o Ministério das Minas e Energia elaborou o Plano Nacional de Mineração (PNM) 2030, com previsão de crescimento da exploração mineral de até cinco vezes mais do que se produz atualmente.

Em 2014, a exportação mineral do estado do Pará correspondeu a 27,68% da exportação mineral nacional. Apesar da nova ordem econômica que se formou nos territórios de mineração na Amazônia Paraense, e de forma significativa em Canaã dos Carajás, apesar de ter contribuído sobremaneira para o aumento do PIB, tem provocado diversos conflitos de toda ordem, é visível na paisagem a deterioração

nos locais onde os projetos das mineradoras são instalados.

MAPA 7 – Direitos minerários do município de Canaã dos Carajás no ano de 2012



Fonte: Palheta da Silva (2013), baseado em DNPM (2012).

Sob o pretexto do desenvolvimento econômico das regiões afetadas pelo extrativismo mineral e suas consequências, os poderes públicos e a iniciativa privada interessada não consideram os impactos socioambientais e os riscos para os territórios e para as populações.

Diante do surgimento de empresas mineradoras, e outras que surgiram no entorno da atividade no município de Canaã dos Carajás, observa-se a atuação de novos atores que passaram a fazer o uso transformador do território por meio de processos de produção industrial. Houve um aumento expressivo nos postos de trabalhos formais do município no período de 2008 a 2013, porém, embora a oferta de vagas seja uma realidade, muitas vezes não encontram mão de obra qualificada no município de Canaã dos Carajás. As políticas de capacitação para promover uma formação de uma massa crítica no município são módicas, assim, não existe sincronidade entre a oferta e a procura de vagas ou postos de trabalho.

Podemos acompanhar na tabela abaixo, em números absolutos, o pessoal

ocupado em relação à remuneração mínima entre os anos de 2008 e 2013 no município de Canaã dos Carajás.

TABELA 1 – Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (2008-2013)

Informações	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Referência
Número de unidades locais	300	350	387	469	559	930	Unidades
Pessoal ocupado total	3.327	4.197	5.043	7.172	8.659	13.779	Pessoas
Pessoal ocupado assalariado	3.035	3.808	4.712	6.688	8.108	12.878	Pessoas
Salários e outras remunerações	50.058	45.430	62.625	130.771	227.283	310.046	Mil Reais
Salário médio mensal	3,1	2,1	2,5	3,3	3,7	3,5	Salários mínimos
Número de empresas atuantes	298	348	382	465	553	922	Unidades

Fonte: Base de Dados IBGE.

As novas tecnologias exigidas pela indústria de mineração exigem mão de obra qualificada, o que tende a reduzir a necessidade dessa força de trabalho; assim o que se verifica é um desencontro entre fluxo migratório crescente e disponibilidade, cada vez menor, de postos de trabalho.

Embora o país atualmente atravesse grave crise econômica, classificada pelos economistas como a década perdida e frequentemente seja comparada à década de 1980, esta foi marcada por profundas modificações que afetaram de forma intensa e definitiva a configuração da Amazônia, e em especial do estado do Pará, e de forma mais contundente e específica o Sudeste do Estado.

O arranjo político local permitiu a fragmentação territorial, promovendo uma ruptura com a organização social anterior, fundando uma nova ordem social. Este arranjo é derivado dos enormes investimentos fomentados pela atividade mineral na região.

A partir do ano de 2004 ocorreram alterações muito significativas no quadro econômico de Canaã dos Carajás, com o fortalecimento do setor industrial voltado para a exploração mineral.

Apesar da geração de emprego, renda e riqueza, aumento do PIB (Produto Interno Bruto) verificados nos indicadores de desenvolvimento de Canaã dos Carajás, o que se observa é o crescimento da desigualdade social, desestruturação das comunidades locais nos aspectos socioculturais e nas relações entre os que exercem o poder no território e aqueles que se submetem a esse poder. A desigualdade é um fator a ser combatido em Canaã dos Carajás, com foco em maior expectativa de vida, melhor saúde, menor taxa de criminalidade, maior mobilidade social, melhor qualidade na educação, dentre outros.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para medir a qualidade de vida de determinada população e os critérios que compõem a base de cálculo incluem o grau de escolaridade, sendo considerada a média de anos de estudo da população adulta; a Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, que considera o poder de compra dos habitantes (antes utilizava-se o PIB (Produto Interno per capita), mas a partir de 2010, utiliza-se a RNB per capita); o nível de saúde, baseado na expectativa de vida da população.

TABELA 2 – Índice de Desenvolvimento Humano municipal de Canaã dos Carajás

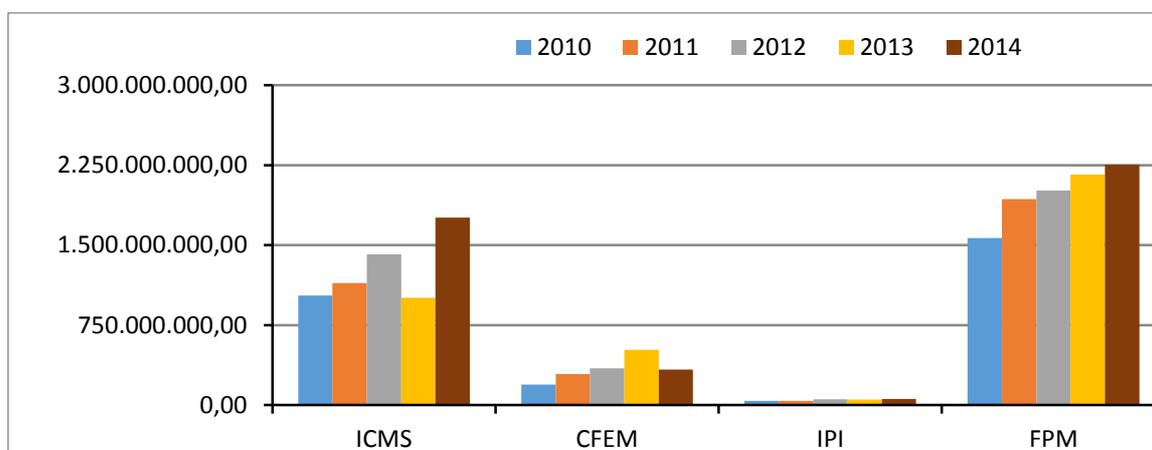
Ano	Valor
2010	0,673
2000	0,456
1991	0,276

Fonte: Atlas Brasil (2013), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Índice de Desenvolvimento Humano varia numa escala que vai de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local. O IDH de Canaã dos Carajás em 2010 era de 0,673, embora tenha havido um aumento considerável, está longe do ideal, considerando a riqueza gerada pela atividade minerária em razão da arrecadação tributária.

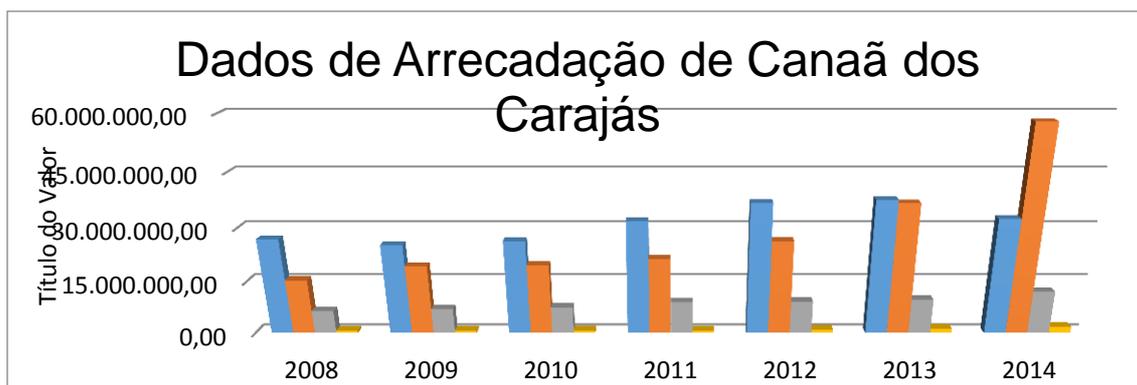
A utilização racional da receita dos tributos que a atividade mineradora gera para Canaã dos Carajás não é percebida na produção de riqueza regional, a se considerar o próprio IDH do município. A situação socioeconômica de Canaã dos Carajás apresentou mudanças significativas em seus indicadores, mas há concentração da renda, que não se distribuiu de forma equitativa na população do município, como é possível observar nas tabelas e gráficos abaixo, entre os anos de 2008 e 2014 houve significativo crescimento da arrecadação e os valores absolutos da arrecadação do município.

GRÁFICO 3 – Total de ICMS, CFEM, IPI e FPM do Estado do Pará, no período de 2010 a 2014



Fonte: SEFA (2015).

GRÁFICO 4 – Total de ICMS, CFEM, IPI e FPM de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014



Fonte: SEFA (2015).

TABELA 3 – Finanças Públicas - Valores em Reais (2008-2014)

Descrição	2006	2009	2013	2014
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial – IPTU	19.552,70	18.946,51	510	772
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto Sobre Serviços – ISS	12.482.305,34	9.567.552,52	54.161	99.274
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto sobre Transmissão-Intervivos – ITBI	4.892,29	45.739,64	2.929	1.551
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	3.630.531,94	8.698.417,13	12.144	14.973
Valor do Imposto Territorial Rural – ITR	12.948,20	78.427,73	96	125

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos (2008).

Entre 2008 e 2014 houve aumento da arrecadação do ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços no estado do Pará, assim como também houve aumento da CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais e não houve variação na arrecadação do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, que se manteve constante, este imposto está relacionado à indústria de transformação.

O FPM – Fundo de Participação do Município, também apresentou crescimento, uma vez que se relaciona diretamente ao número de habitantes, em função da explosão do aumento populacional nos municípios mineradores.

Em Canaã dos Carajás, a arrecadação do ICMS sofreu considerável aumento desde 2008 e de 2013 para 2014 a arrecadação teve uma variação positiva, saltou de R\$ 36.732.986,07 para R\$ 58.003.733,02.

O FPM teve um aumento de quase o dobro da arrecadação no município em razão do aumento populacional, porém não se percebe na estrutura socioespacial de Canaã dos Carajás melhorias para atender a demanda populacional.

Segundo o Idesp - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2014 o PIB/per capita de Canaã dos Carajás é de R\$ 107.164,00, o que demonstra o excepcional crescimento econômico do município, com destaque para o crescimento da arrecadação do IPI.

Segundo a FIEPA – Federação das Indústrias do Estado do Pará, há uma previsão de investimentos em grandes projetos em curso no Estado do Pará, em 5 anos, a partir de 2015, na ordem de R\$ 178,2 bilhões, sendo a maior parte da iniciativa privada.

TABELA 4 – Previsão de Investimentos no Estado do Pará por Região - 2015 a 2020

TABELA: Previsão de Investimentos no Estado do Pará por Região - 2015/2020.			
REGIÃO	LOCALIZAÇÃO NO ESTADO	INVESTIMENTO (R\$)	PERCENTUAL
Carajás	Sul e Sudeste	92,6 bilhões	52,0%
Tapajós	Oeste	47,7 bilhões	27,0%
Xingu	Sudoeste	15,1 bilhões	8,0%
Metropolitana	Nordeste	22,8 bilhões	13,0%
TOTAL		178,2 bilhões	100,0%

Fonte: FIEPA – Pará Investimentos 2015-2010

Elaboração: ONG EXTENSÃO AMAZONIA

Fonte: FIEPA.

TABELA 5 – Previsão de Investimentos no Estado do Pará por Segmento Econômico - 2015 a 2020

TABELA: Previsão de Investimentos no Estado do Pará por Segmento Econômico - 2015/2020.		
SEGMENTO	INVESTIMENTO (R\$)	PERCENTUAL
Infraestrutura e Logística	66,7 bilhões	37,4%
Energia	55,8 bilhões	31,3%
Mineração	49,6 bilhões	27,8%
Agronegócio	3,4 bilhões	1,9%
Indústria em geral	2,6 bilhões	1,5%
Petróleo e Gás	0,08 bilhões	0,04%
TOTAL	178,2 bilhões	100,0%

Fonte: FIEPA – Pará Investimentos 2015-2020 Elaboração: ONG EXTENSÃO AMAZONIA

Fonte: FIEPA.

A região de Carajás que engloba o Sul e Sudeste do Estado do Pará, tem previsão de receber um expressivo aporte de mais R\$ 90 bilhões, dos quais mais de R\$ 49 bilhões destinados a projetos de mineração, com destaque para a implantação dos projetos S11D, Serra Leste e Salobo II.

Em Canaã dos Carajás, marcada com investimentos de R\$ 54,3 bilhões, com início das operações da mina S11D neste ano de 2016, os investimentos previstos para o município correspondem a 35% do total de R\$ 178,2 bilhões em investimentos para os próximos cinco anos.

4. SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE EM CANAÃ DOS CARAJÁS

O crescimento populacional aliado ao crescimento econômico dos núcleos urbanos afetados pela atividade mineradora, como elemento transformador de territórios, também carrega muitos conflitos sociais relacionados com a criminalidade, este é um fenômeno amplamente verificado em grandes centros.

Ao contrário do que se concebe, numa primeira análise, não é a atividade mineradora em si a causa do aumento da criminalidade, mas o impacto econômico e social que advém da atividade, aliada à falta de políticas públicas voltadas para a redução do IC (índice de criminalidade em razão do número de habitantes de um território em determinado período de tempo).

Um olhar mais atento sobre o fenômeno da violência é capaz de perceber que se trata da manifestação das múltiplas territorialidades, onde os diversos atores sociais digladiam sobre um território, convivem e exercem, uns sobre os outros, forças antagônicas, sob constante e mútua pressão e exercício de poder. O primeiro passo para que se possa compreender o fenômeno do crime é considerar que se trata de um fenômeno social que surge do choque entre territorialidades em busca por ocupações do espaço físico e virtual dentro de um território.

A vida em sociedade exige que sejam respeitadas as regras mínimas de convivência de acordo com os valores éticos, morais e culturais aceitos pelos diversos grupos, territorialidades e atores sociais. O descumprimento das regras estabelecidas, sejam aquelas instituídas pelo Direito positivo, sejam aquelas estabelecidas pela moral, leva aquele que as descumpriu a ser colocado à margem da sociedade, esses que são colocados à margem porque infringiram as regras socialmente aceitas. Muitos fatores podem levar um indivíduo ou grupo ao desrespeito das regras socialmente impostas, fatores de ordem econômica, política e social.

Os laços ou nós que unem as redes de relações sociais sofrem rupturas quando um indivíduo ou grupo infringem as regras. Algumas dessas rupturas não são capazes de desatar os pontos de ligação com toda a sociedade, outras rupturas são tão fortes que quebram inteiramente essa ligação e levam o indivíduo ou grupo a um verdadeiro estado de segregação social. De forma restrita, o fenômeno da

criminalidade constitui um dos meios pelos quais atores sociais podem ser alijados do meio. E o fator econômico também é um dos fatores que podem contribuir para a ocorrência do fenômeno da criminalidade, mas não é o único.

Durkheim (1895) afirma que,

Eis, portanto, uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele. Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; nem com os fenômenos psíquicos, os quais só têm existência na consciência individual e através dela. Esses fatos constituem, portanto, uma espécie nova, e é a eles que deve ser dada e reservada a qualificação de sociais. Essa qualificação lhes convém; pois é claro que, não tendo o indivíduo por substrato, eles não podem ter outro senão a sociedade, seja a sociedade política em seu conjunto, seja um dos grupos parciais que ela encerra: confissões religiosas, escolas políticas, literárias, corporações profissionais, etc. Por outro lado, é a eles só que ela convém; pois a palavra social só tem sentido definido com a condição de designar unicamente fenômenos que não se incluem em nenhuma das categorias de fatos já constituídos e denominados (DURKHEIM, 1895, p 2).

Segundo Emile Durkheim (1895), o fato social se perfaz pelo modo de agir, de pensar e de sentir, que exercem poder de coerção social, que se manifesta por meio das leis e das normas sociais, sobre o indivíduo. Essas normas devem ser entendidas em sentido amplo, não apenas as normas instituídas e positivadas, mas também aquelas normas informais advindas das relações culturais.

Para a manutenção da ordem, que se contrapõe ao caos, as relações sociais e os pontos de ligação que atam as diversas redes que formam o tecido social é o que mantêm uma sociedade. De um modo geral, todos cumprem as regras e as respeitam, é o exercício do poder, porém alguns não cumprem as regras por motivos diversos e sofrem ou devem sofrer as consequências de suas ações contrárias ao pensamento geral.

Entender este processo é de fundamental importância nesta busca pela compreensão do comportamento do crime, surgimento da criminalidade e como ela se manifesta de forma mais sutil ou violenta nos territórios.

Observar a História pode nos fornecer pistas importantes para esta investigação sobre a criminalidade e como ela surge e se manifesta no meio social. Um exemplo do que pode ocorrer quando as regras sociais sofrem súbitas rupturas foi a queda do regime comunista na União Soviética em 1989, houve um aumento explosivo dos índices de criminalidade naquele território.

Qualquer fato ou acontecimento que transforme o curso natural da convivência ou mude a realidade social resulta em consequências, a sociedade por meio de seus atores dão as respostas, nem sempre de forma positiva, como a exemplo do que ocorre com a criminalidade. Mecanismos de controle estão sempre em operação para manter a ordem social, embora nem sempre sejam suficientemente eficazes para evitar o fenômeno da criminalidade de forma satisfatória ou absoluta.

Ações voluntárias de comportamento, o medo da consequência pelo descumprimento da regra, e a imposição de regras informais, são formas de controle do comportamento do indivíduo atuante no meio social.

O que se constata, quanto maior a desigualdade, maior é a delinquência, uma vez que em uma sociedade desigual, a tendência é que os que não são alcançados pelas políticas de redução da desigualdade econômica e social consideram que as regras vigentes não devem ser respeitadas porque não encontram legitimidade naqueles que exercem o poder político, então não se motivam a cumprir as normas emanadas desse poder e nem as regras sociais gerais.

Em que pese as desigualdades sociais, não se pode desconsiderar que a sensação de impunidade gera mais criminalidade, se aquele que descumprir as regras não sofre as consequências por esse descumprimento, estimula todos do corpo social a delinquir também e provoca a inversão dos valores, que leva aos equivocados pensamentos produzidos pelo senso comum, como por exemplo, ser honesto é ser estúpido, somente os bobos cumprem as regras, de que é mais inteligente aquele que consegue levar vantagem em tudo, dentre outras inverdades que só contribuem para piorar o pensamento geral, que de forma direta ou indireta é um estimulante para a criminalidade.

Na investigação realizada em Canaã dos Carajás, em pesquisas realizadas em áreas periféricas da cidade, onde estão concentrados os bolsões de pobreza, o que

se constatou, principalmente entre os indivíduos mais jovens, foi que a maior propensão à criminalidade e à delinquência estava presente entre aqueles que não tinham vínculo com instituições tradicionais, escolas, igrejas, clubes, família, que servem como controladores hegemônicos dos comportamentos sociais de um indivíduo.

O papel da religião no controle social da região é importante, mas não tem se mostrado suficiente para reduzir os índices de criminalidade. As famílias assoladas pela pobreza se ocupam muito mais com a sobrevivência, o que leva a um distanciamento cada vez maior entre pais e filhos, então se afrouxam os laços e, por conseguinte, o poder familiar fica enfraquecido e deixa de exercer o controle e transmitir seus valores para os mais jovens; esses valores são substituídos pela influência adquirida nas ruas, advindas, muitas vezes, da delinquência.

Famílias desestruturadas deixam de exercer o controle social sobre seus membros, o que resulta no aumento da criminalidade, principalmente entre os indivíduos mais jovens; funciona a pobreza como fator catalizador do aumento da criminalidade.

O que se observou nesta pesquisa, é que a criminalidade gerada pela pobreza tem como principais vítimas as pessoas que se encontram nessa condição que vivem nas zonas periféricas, onde a presença do poder público é escassa, falta tudo, falta dinheiro, falta comida, falta trabalho, falta saúde, falta educação e segurança pública.

Os crimes mais violentos, contra a vida por exemplo, ocorrem com mais frequência nesses bolsões de pobreza, enquanto os crimes contra o patrimônio tendem a ocorrer nas zonas mais favorecidas da cidade.

Havemos de reconhecer que as políticas de segurança pública no estado do Pará e em todo o Brasil são deficientes, a se constatar, em Canaã dos Carajás, no restante do estado e em todo o Brasil, pelo aumento do crime, pela sensação de insegurança e pelo sentimento de impunidade.

A segurança é direito constitucional indisponível e deverá ser garantido por meio de políticas públicas, o que impõe ao Estado a implementação de medidas efetivas para a garantia deste serviço para todos. Entretanto, apesar de ser a

segurança uma prerrogativa constitucionalmente garantida, o Estado não tem sido capaz de atender minimamente as necessidades da população. Sendo assim, o problema da segurança pública tem se agravado cada vez mais e se encontra atualmente em um quadro de instabilidade.

A situação atual da crescente e grave situação da segurança em todo o país exige medidas urgentes para o combate ao crime, medida que devem passar pelo estudo científico para se buscar soluções mais eficientes no combate ao crime.

4.1 SEGURANÇA PÚBLICA EM CANAÃ DOS CARAJÁS

Um estudo sério sobre as causas da criminalidade é de extrema necessidade para nortear as ações dos atores sociais responsáveis pela segurança pública no Estado do Pará, é preciso entender a gênese do crime levando em consideração os fatores locais e regionais. A questão da segurança pública em Canaã dos Carajás passou a ser considerada um desafio para o Estado do Pará.

O aumento da criminalidade no município é patente, a sensação de insegurança, comparável a de grandes centros urbanos, é enorme as dificuldades das instituições da administração da justiça criminal e as ações preventivas empreendidas têm se mostrado insuficientes e ineficientes para evitar a ação daqueles que entram em conflito com a lei.

O que notadamente se constata é que a ineficiência do combate preventivo e ostensivo da criminalidade resulta na impunidade, que é um fator que gera mais criminalidade num círculo vicioso de difícil combate.

Os problemas relacionados à segurança pública exigem um amplo debate de forma a se buscar por interposição de novos atores, análise de cenários e territórios, a inserção de políticas públicas inovadoras para a redução do índice de criminalidade.

Canaã dos Carajás não estava estruturada para o crescimento populacional e econômico advindo da atividade minerária, portanto, as soluções inevitavelmente deverão vir da capacidade do governo do estado do Pará na gestão da violência e

do combate ao crime adotando as melhores práticas na gestão das políticas públicas de segurança, com o envolvimento também da sociedade civil.

Canaã dos Carajás vive um ciclo econômico baseado na indústria extrativa mineral e vai cada vez mais se distanciando de sua originária vocação agrícola-pecuarista. O crescimento acelerado e desordenado do município, apesar de se consolidar como importante polo de desenvolvimento observa-se em sua população imensas desigualdades econômicas e sociais que se relacionam diretamente com os índices de criminalidade crescentes na região, assim indaga-se sobre as determinantes econômicas da criminalidade no local.

A segurança pública é um problema fundamental que urge por soluções e se constitui como desafio ao Estado de Direito prevalente no Brasil.

A segurança deveria estar nas primeiras linhas das prioridades do Estado, assim como está nas primeiras linhas dos anseios dos cidadãos. Os problemas que se relacionam com a sensação de insegurança e o aumento dos índices de criminalidade, sobretudo nos centros urbanizados se refletem e são advinda da degradação e da ocupação rápida e desordenada do espaço público, aliados às omissões e ausências do Poder Público, que quando se faz presente, faz de forma pouco eficiente e tem se demonstrado incapaz de combater a violência e reduzir a criminalidade.

Neste vácuo institucional encontramos a dificuldade de se implementarem reformas nas instituições da justiça criminal, além de não se combater a violência policial, que se consolidou no seio da sociedade, de forma quase cultural como prática normal, apesar de todos os direitos e garantias individuais e sociais asseguradas pela Constituição da República.

São gigantescos os problemas a serem enfrentados pela segurança pública, desde a prevenção até o combate de forma ostensiva do crime, passando pela superpopulação carcerária, assistência jurídica inadequada ou inexistente, aumento do número de jovens em conflito com a lei, corrupção generalizada e carência de recursos materiais e humanos para o enfrentamento destes problemas.

Toda esta problemática da segurança pública ocorre também no município de Canaã dos Carajás, o que lá ocorre não difere da realidade nacional.

Em pesquisa realizada junto aos cidadãos, autoridades e operadores da segurança pública, foi possível detectar as seguintes dificuldades no combate ao crime: nos levantamentos feitos junto aos cidadãos foi pesquisada sobre a qualidade do serviço prestado pela polícia, quais os problemas causados da violência na cidade, se havia lugares onde o cidadão poderia se sentir seguro, qual o bairro considerado mais violento da cidade, quais mudanças a violência pode causar no hábito das pessoas, quais tipos de crimes são os considerados mais graves pela população, o que o cidadão espera das ações da polícia, se os entrevistados já tinham sido vítimas de alguma violência e se tinham conhecimento de alguma parceria entre as empresas de mineração e os órgãos de segurança pública para redução e combate à violência.

Consolidados os dados obtidos, a grande maioria das pessoas que opinaram relatam que o serviço da polícia não melhorou e que há uma carência de policiais principalmente nas zonas mais periféricas da cidade.

Indagados sobre o principal problema da violência a maioria sente medo de ser assaltada e tem a sensação de que a maior parte dos crimes é ocasionado pela população sazonal da cidade, citam que há muitos forasteiros e pessoas que estranhas à população local circulando na cidade, sendo esta a principal causa da violência.

Sobre os locais onde se sentem seguros na cidade, os entrevistados foram unânimes em relatar que não há nenhum lugar na cidade onde possam sentir totalmente seguros, a maioria declarou que até dentro de suas próprias casas precisam adotar medidas para garantir a segurança.

As pessoas entrevistadas relataram que a violência provocou mudanças em seus hábitos cotidianos e dizem que evitam determinadas partes da cidade, principalmente em horários noturnos, no entanto, a onda de assaltos que assola a cidade é constante e acontece tanto nas ruas como em estabelecimentos comerciais.

A maioria dos entrevistados já foi vítima de assaltos com arma de fogo e a maioria já foi assaltada mais de uma vez. Nenhum dos entrevistados desconhece que haja parcerias entre empresas mineradoras e os órgãos responsáveis pela segurança pública.

No levantamento sobre segurança pública, violência e criminalidade também foram ouvidos profissionais que atuam na área, sobre os principais problemas relacionados com a violência na cidade, as dificuldades para a redução dos índices de criminalidade, sobre os lugares mais violentos da cidade, sobre as ações para diminuição da violência e parcerias com empresas mineradoras.

Entre os problemas citados está a falta de recursos e o número de efetivo que em Canãã dos Carajás, segundo as autoridades entrevistadas, a cidade opera com um déficit 15% menor do que o necessário.

As autoridades informaram que uma das principais ações promovidas com o apoio da Vale é a manutenção do Disque Denúncia, que é um programa de cooperação social que mobiliza a população para colaborar com as autoridades de segurança no combate à violência e na fiscalização de irregularidades, contudo os recursos para atendimento da demanda ainda não é suficiente.

Como se pode perceber estão presentes nos territórios, as diversas territorialidades que entram em choque constante, tendo o poder Estatal tentado se impor de forma hegemônica, embora, muitas vezes, não se vislumbre com facilidade a atuação deste poder de forma eficiente.

A expectativa geral é a de que o poder público na sua função de combater o crime diminuir os índices de criminalidade para manter a ordem social, fosse capaz de manter a paz social, mas na prática, em dados momentos, o que se percebe é uma verdadeira guerra, onde forças antagônicas digladiam no meio social e brigam por impor seu poder e pela ocupação dos espaços.

A amplitude dos problemas e os desafios em busca das melhores práticas à segurança pública abre espaço para a busca de soluções inovadoras e a incorporação de novos atores, para que desse arranjo surjam novos modos de agir a serem implementados pelas políticas públicas.

Os problemas da segurança são complexos, assim sendo, exigem soluções inovadoras e atualizadas adequadas à realidade que se apresenta, principalmente nas práticas adotadas pelas instituições judiciárias.

O enfrentamento do problema da segurança pública deverá buscar soluções na gestão da violência, por meio de estudos científicos voltados para a compreensão do comportamento das redes que se conectam no meio social, seus anseios e motivações, fortalecimento do Estado, capacitação de seus agentes, quebra de paradigmas, mudança da mentalidade e valorização da capacidade de gerenciamento das políticas públicas de segurança.

Ressaltamos que estas políticas não podem subsistir ou prosperar se apartadas de toda a sociedade civil e sem o aporte científico da comunidade acadêmica na produção da pesquisa e conhecimento técnico relevante à área de segurança.

Percebemos o surgimento de uma corrente humanizadora das práticas de combate ao crime, no entanto, seus efeitos ainda são módicos. O sistema da segurança é complexo e ainda não tem uma visão voltada para qualidade de vida dos cidadãos para a convivência pacífica e democrática no mesmo espaço.

Diante disso, há que se estabelecer na sociedade um novo referencial com foco no desenvolvimento de um sistema de segurança, que seja o promotor da consolidação de controle social, da segurança, democrático e mais próximo do cidadão.

O exercício de poder que se verifica em todas as organizações sociais cumpre função relevante para a manutenção da ordem social, quando é uma ação hegemônica e legítima, mostra-se indispensável para que se opere o controle social que se realiza pela integração da sociedade com a administração pública, com a finalidade de solucionar os conflitos oriundos da disputa pela ocupação espacial e da própria convivência do homem na sociedade.

O controle social se faz de forma mais ou menos democrática de acordo com a maior ou menor participação dos administrados no exercício do poder, considerando em maior ou menor grau a vontade social para a implementação das políticas públicas.

A administração pública pode exercer o controle do corpo social de três formas: por meio de controles interno, externo e social. O controle interno é aquele que tem a finalidade de prevenir e coibir ações ilícitas, que eventualmente entrem em choque

com as regras e normas legitimamente consolidadas no Estado constituído, onde prevalece o império da lei, com efeito, erga omnes, para a manutenção da ordem administrativa, jurídica e política.

O controle externo é aquele que se realiza por órgãos ou instituições, cuja competência é originada na lei para fiscalizar e regular as ações da administração pública, bem como dos administrados com o fulcro de manter o equilíbrio entre os vários atores sociais.

O controle social é aquele exercido por cada membro do grupo social sobre as ações do próprio corpo social, fiscalizando e regulando as ações individuais e coletivas, promovendo a integração da sociedade com a administração pública, que ocorre naturalmente, daquilo que se considera moral e ético em determinada sociedade; e esse controle também ocorre institucionalmente, realizado por intervenção direta por entidades e órgãos do poder público. É o pacto social que permite que se realize o controle da sociedade por meio do poder público.

4.2 O COMPORTAMENTO DO CRIME EM CANAÃ DOS CARAJÁS

Nas análises dos gráficos quantitativos sobre o comportamento dos crimes em Canaã dos Carajás é possível perceber um aumento considerável dos eventos delituosos, que se relacionam diretamente com o crescimento populacional. A informação é a principal ferramenta da segurança pública, mas apesar disso a construção de um sistema de informações, de dados de abrangência nacional ainda não se efetivou.

Um sistema de informações de dados da violência e da criminalidade por região com capilaridade municipal é de extrema importância para embasar o planejamento, a tomada de decisões e a implementação de políticas públicas de segurança, em âmbito nacional e local. Algumas iniciativas para a criação de um sistema único para consolidar dados estatísticos e informações sobre a violência e o comportamento do crime foram realizadas, porém estas iniciativas ainda estão muito longe de se tornarem ferramentas úteis, os dados ainda são escassos e desatualizados.

A instalação de grandes empresas mineradoras na região tem ocasionado o aumento do fluxo migratório e provocado mudanças efetivas nas condições de vida da população local, que migra para a cidade à procura dos postos de trabalho gerados pelos projetos das empresas, especialmente em Canaã dos Carajás.

Acordos de cooperação entre o poder público e as empresas foram firmados para o desenvolvimento de ações de prevenção e enfrentamento à criminalidade naquele município, no entanto, o IC dos crimes analisados mostra que as ações não têm sido suficientes para promover a redução da criminalidade, há que se ter uma visão integradora de espaços e territórios modificados pelo desenvolvimento do extrativismo mineral e empresarial com os diversos atores sociais e implantação de políticas de intervenção pública, com a perspectiva de se obter geração de riquezas, de forma sustentável e menos sofrível, para a comunidade local e toda a população do município de Canaã dos Carajás, na inclusão socioeconômica, política e na diminuição da desigualdade, fator que exerce influência direta no índice de criminalidade.

O que se observa é que nem sempre o desenvolvimento e o crescimento econômico se traduzem em indicadores sociais melhores e nem na redução da criminalidade e da violência no município.

A urbanização normalmente é lida como o crescimento do contingente humano que vive em adensamentos urbanos, deslocando-se do campo para a cidade, com a conseqüente perda da supremacia das atividades produtivas primárias em favor das secundárias, e em seguida, das terciárias. A urbanização está, normalmente, e esse foi o nosso caso, associada à industrialização. O deslocamento do campo para a cidade significa sair de um espaço de forte controle social para um espaço de menor controle (NASCIMENTO 2002, p. 20).

O processo de urbanização – principalmente aquele que ocorre de forma brusca e desordenada, pela concentração humana em espaços disputados pelos diversos atores atuantes, nos seus variados níveis de poder – inexoravelmente encontra o choque e o conflito, o que se reflete de forma acentuada e direta no crescimento dos índices de criminalidade que não pode ser analisado em apartado das causas econômicas no seio da estrutura social.

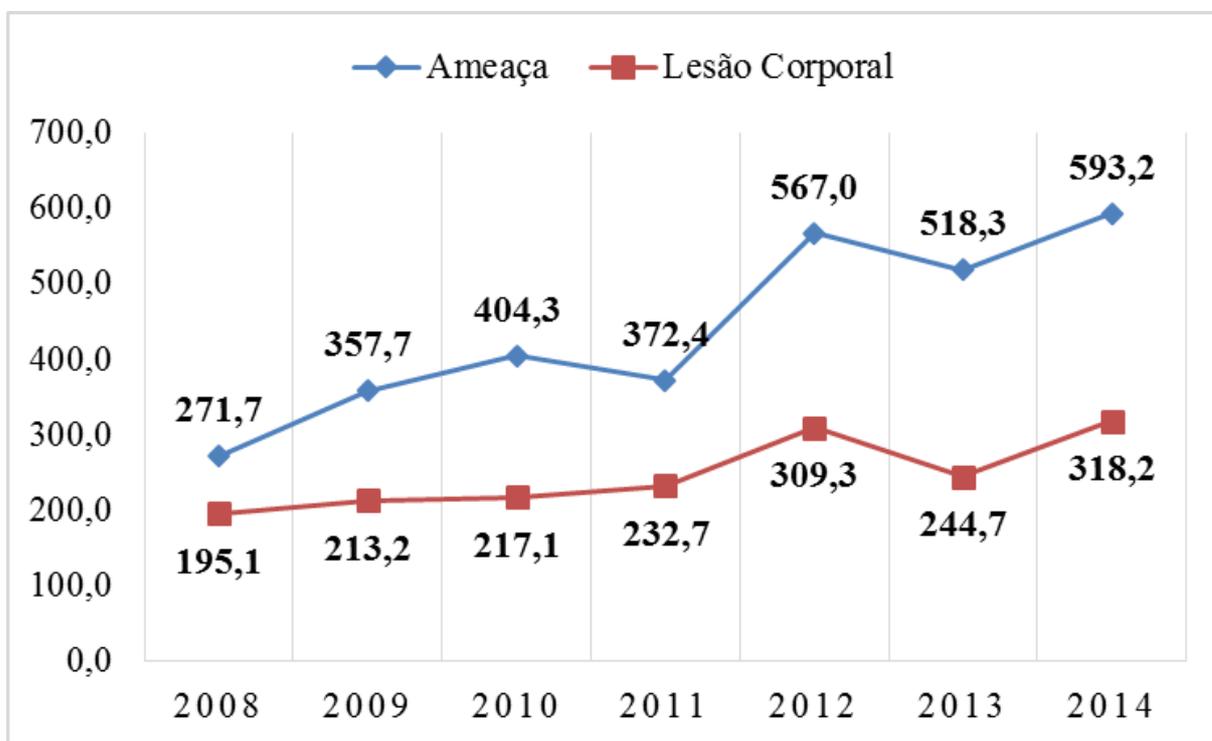
Quando este fenômeno está presente ocorre o que chamamos de estiramento do tecido social, que se sustenta enquanto houver um poder hegemônico capaz de manter a ordem social, ou se rompe causando as chamadas convulsões sociais, ou se manifestam por casos isolados ou generalizados de atuações que se chocam com as regras estabelecidas e mantidas pelo poder estatal, que atua para homogeneizar as relações e estabelecer a paz social.

Ao analisarmos o comportamento do crime no município de Canaã dos Carajás é possível perceber a materialização deste fenômeno que se imiscui pela ocupação socioespacial, catalizado pelos fatores econômicos e culturais daquela região territorializada pelo adensamento humano acelerado.

Como se pode ler no gráfico 5, de 2008 para 2014 a ocorrência dos crimes de ameaça tiveram um aumento do IC, que relaciona o número de crimes para cada 100 mil habitantes, de 271,7 para 593,2 e dos crimes de lesão corporal, passou de 195,1 para 318,2.

Não se pode apartar a taxas de crescimento demográfico do município do crescimento das ocorrências dos crimes contra a pessoa, que dentre as práticas ilícitas mais comuns estão os crimes de ameaça e de lesão corporal.

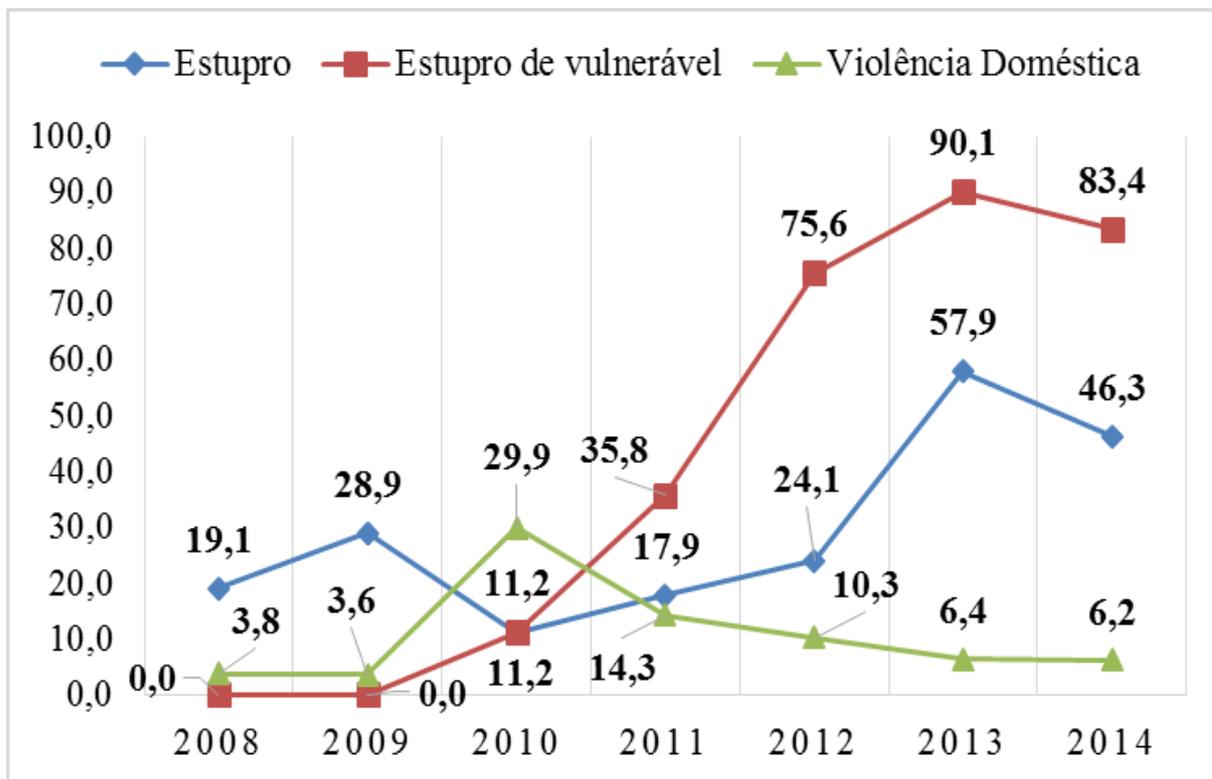
GRÁFICO 5 – Comportamento dos crimes de ameaça e lesão corporal, a partir dos respectivos IC, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014



Fonte: SISP/SEGUP.

Em Canaã dos Carajás, entre 2008 e 2014, o IC do crime de estupro saltou de 19,1 para 83,4, do crime de estupro de vulnerável de zero para 83,4 com um pequeno decréscimo entre o 2013 e 2014 e do crime de violência doméstica de 3,8 para 6,2, como se observa no gráfico 6.

GRÁFICO 6 – Comportamento dos crimes de estupro, estupro de vulnerável e violência doméstica, a partir dos respectivos IC, no município de Canaã dos Carajas, no período de 2008 a 2014

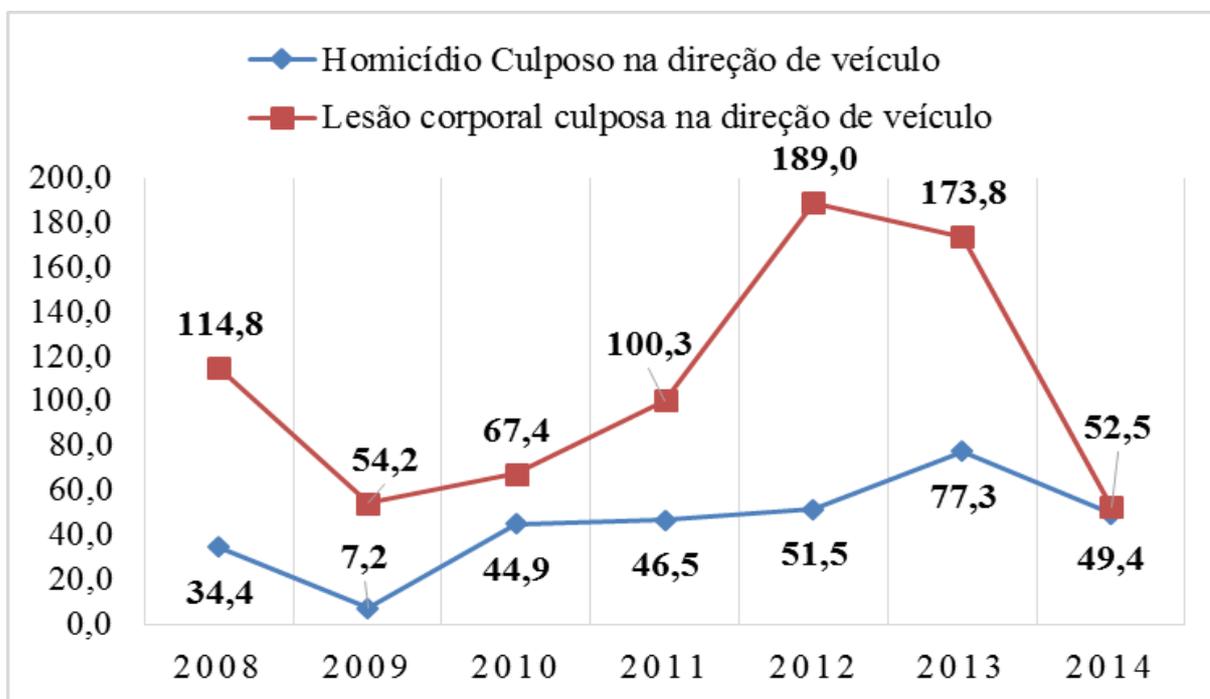


Fonte: SISP/SEGUP.

O fenômeno da urbanização, crescimento populacional e a falta de uma política educacional que se relacione diretamente com a mobilidade urbana podem ser considerados como fatores de aumento e causas do crescimento dos índices de mortalidade no trânsito, consequência do uso desordenado do espaço urbanizado.

No gráfico 7 é possível verificar que o IC do crime de homicídio culposo na direção de veículo era de 34,4 em 2008 e passou para 49,4 em 2014, enquanto o crime de lesão corporal culposa na direção de veículo teve uma redução muito significativa no IC, foi de 114,8 para 52,5 em Canaã dos Carajás.

GRÁFICO 7 – Comportamento dos crimes de homicídio culposo na direção de veículo e lesão corporal culposa na direção de veículo, a partir dos respectivos IC; número de automóveis, motocicletas e motonetas por 100.000 habitantes, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014



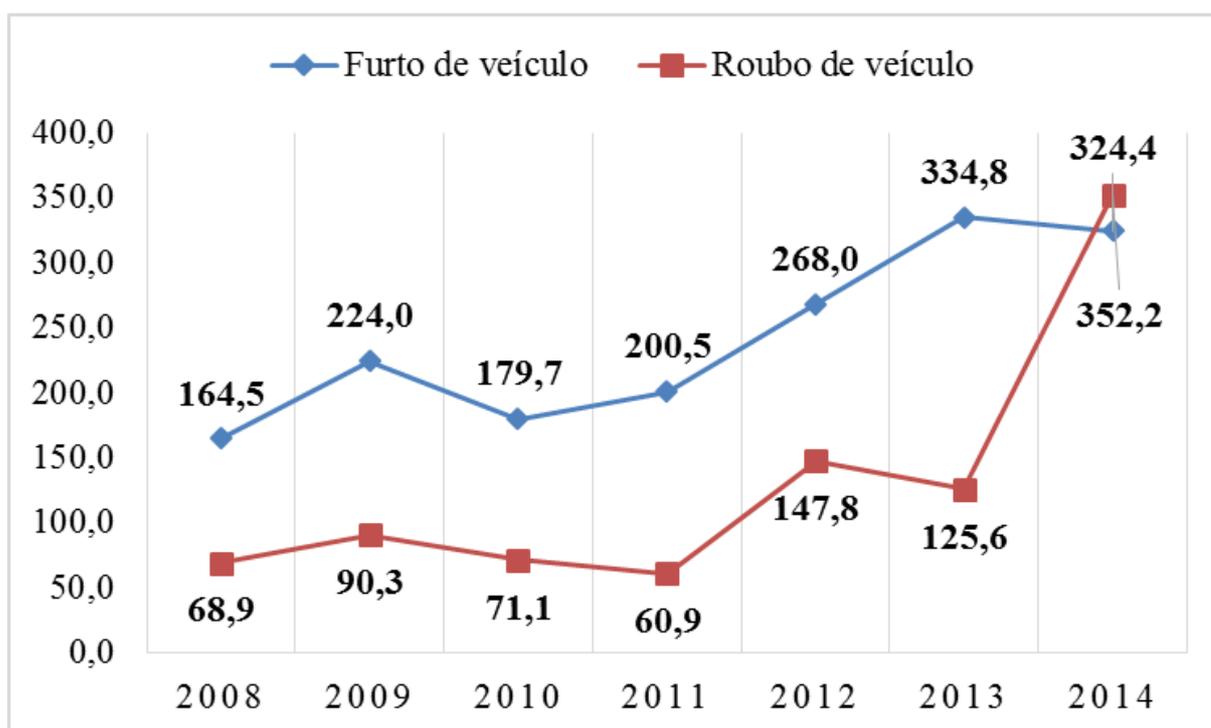
Fonte: SISP/SEGUP.

O crescimento do número de veículos em circulação, pelo aumento populacional descontrolado, bem como a se considerar um intenso processo migratório e a existência de uma sazonalidade elevada na população podem surgir como causas primeiras do aumento do crime de furto e de roubo de veículos em Canaã dos Carajás.

Analisando o gráfico 8, constatamos que IC do crime de furto de veículo em 2008 era de 164,5 passando para 352,2 em 2014, e do crime de roubo de veículo saltou de 68,9 para 324,4. Relevante observar que entre os anos de 2013 e 2014, o IC do crime de roubo saltou de 125,6 para 324,4, o índice sofreu um acréscimo de cerca de 255%, o que demonstra um assustador aumento da violência que é uma das características dos crimes de roubo.

Estes dados são de fundamental importância a se considerar nos estudos que visem implementar políticas de gestão da segurança pública para combater a violência urbana naquele município.

GRÁFICO 8 – Comportamento dos crimes de furto de veículo e roubo de veículo, a partir dos respectivos IC; número de automóveis, motocicletas e motonetas por 100.000 habitantes, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014

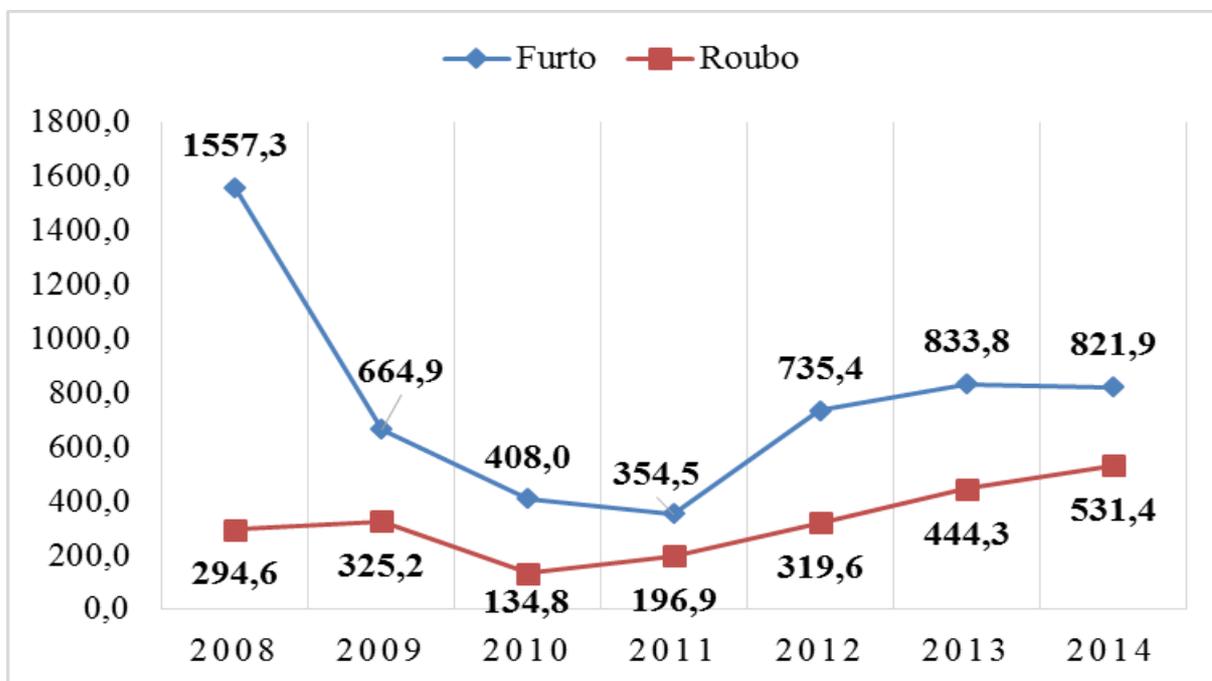


Fonte: SISP/SEGUP.

Entre os anos de 2008 e 2011 houve uma redução gradativa dos crimes de furto em Canaã dos Carajás, no entanto, a partir de 2011 o índice voltou a crescer, ainda assim, verifica-se uma significativa variação do IC do crime de furto que reduziu de 1557,3 em 2008 para 821,9 em 2014.

A exemplo do ocorreu com o crime de roubo de veículos, houve também o aumento do IC do crime de roubo que apresentou crescimento entre 2008 e 2014, passando de 294,6 para 531,4, o que demonstra um aumento das práticas ilícitas por meio do uso da violência física no município de Canaã do Carajás, como é possível observar no gráfico 9.

GRÁFICO 9 – Comportamento dos crimes de furto e roubo, a partir dos respectivos IC, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014



Fonte: SISP/SEGUP.

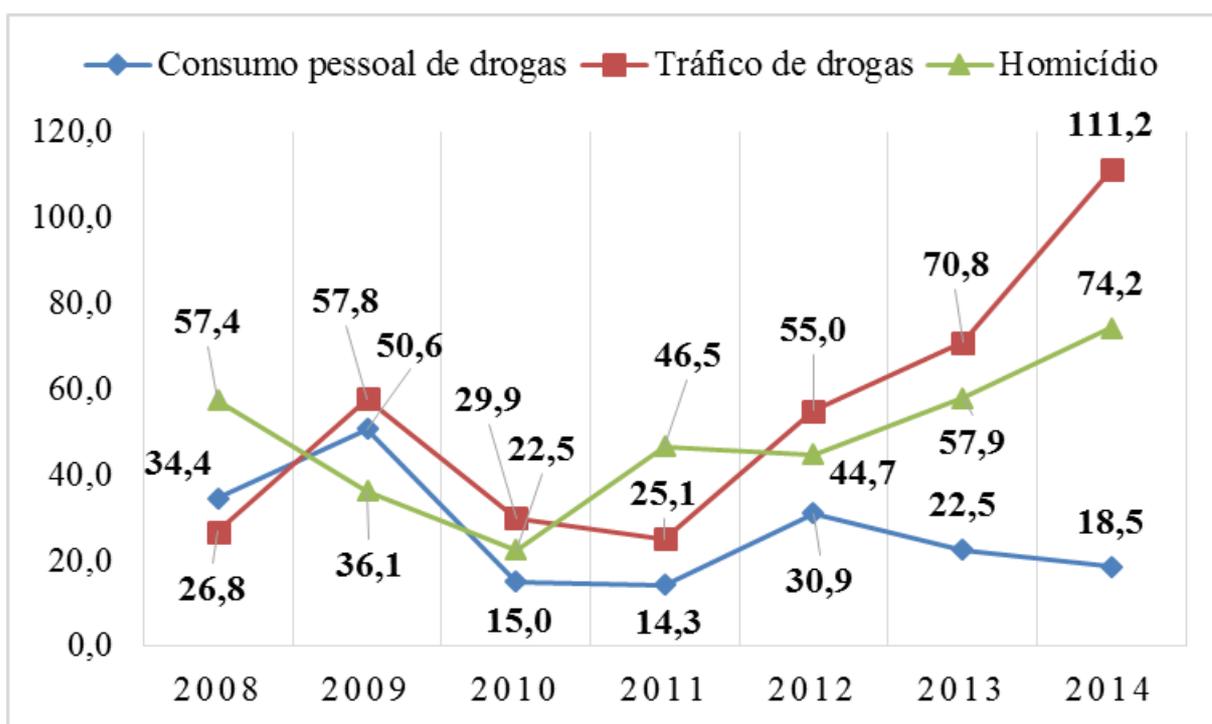
No gráfico 10 é possível observar que o IC do crime de consumo pessoal de drogas reduziu desde 2008 de 34,4 para 18,5, o que se configura como um aspecto positivo no comportamento desse tipo de crime em Canaã dos Carajás, o que poderá ser atribuído à massificação da informação e campanhas constantes realizadas pelo poder público local e nacional sobre as consequências do uso de drogas.

Entretanto, o IC do crime de tráfico de drogas apresentou um significativo crescimento no mesmo período dando um salto de 26,8 para 111,2, o que pode estar também diretamente relacionado com o crescimento dos índices de sazonalidade na população de Canaã dos Carajás.

O IC do crime de homicídio também apresentou um aumento, passou de 57,4 para 74,2 e por se tratar de crime contra a pessoa está diretamente relacionado ao crescimento acelerado dos índices demográficos e advém, na maioria dos casos,

das disputas pela ocupação dos espaços territorializados, o que gera os conflitos que culminam nos crimes de homicídio, como se observa no gráfico 10.

GRÁFICO 10 – Comportamento dos crimes de consumo pessoal de drogas, tráfico de drogas e homicídio, a partir dos respectivos IC, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014



Fonte: SISP/SEGUP.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço e as territorialidades produzidas no território de Canaã dos Carajás pela diversidade de atores sociais e suas inter-relações de poder transformaram o município minerador em importante núcleo produtor de riqueza para os entes, União, Estado e município, advinda da utilização econômica dos recursos minerais.

Há fortes contrastes na tessitura social observada no espaço territorial e suas multiterritorialidades em Canaã dos Carajás advindas dos aspectos culturais e demográficos, por um lado a população local e a vocação natural para a agropecuária do município, de outro a intensa atividade minarária desenvolvida em escala industrial atuando com fator de transformação da estrutura espacial e a atratividade agregadora de uma população sazonal em constante mutação se misturando e transformando os costumes locais, fazendo de Canaã dos Carajás uma verdadeira colcha de retalhos pela diversidade de atores que nela atuam.

A produção do território, os recursos dele advindo por meio dos diversos atores que o dividem e mesclam suas especialidades são os fatores que influenciam e exercem controle sobre o meio e as relações que nele ocorrem cumprindo assim o homem o seu papel social e manifestando suas territorialidades.

O território não pode se considerado apenas como base especial onde se desenvolvem as ações humanas, ou um simples espaço ocupado; a Geografia com suas ferramentas busca ampliar o conceito de território, conferindo-lhe um sentido mais amplo no contexto social e histórico.

A Geografia, por meio da instrumentalização dos conceitos, fornece os meios para que se realizem investigações analíticas sobre o espaço territorializado, bem como as ações dos diversos atores que atuam ontologicamente nos diversos territórios e permeiam as territorialidades.

Dessa forma, a partir desse conjunto complexo de ações se produzem as territorialidades, e os atores ao se apropriarem do espaço, são capazes de exercer poder, por meio do qual, direta ou indiretamente, surgem os processos para produção e utilização dos recursos naturalmente disponíveis no meio.

A exploração minerária empresarial desenvolvida acelerou as transformações socioespaciais com impactos de natureza política e econômica na região, pela rápida ocupação territorial em função da explosão populacional, ocupação desordenada da cidade, concentração de renda, tem como corolário os conflitos sociais, apesar do aumento da arrecadação tributária que contribuiu sobremaneira para o aumento da receita do município.

Entretanto, o progresso, o desenvolvimento e o crescimento econômico do município não podem ser observados nos indicadores sociais, Índice de Criminalidade - IC, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, o que deixa patente a falta de gestão do poder público, incapaz de reverter a riqueza produzida em prol da população, com implementação de políticas voltadas para a redução das desigualdades, da pobreza e da criminalidade em Canaã dos Carajás e em seu entorno.

O crescimento econômico, causa dos intensos movimentos migratórios, sem uma gestão eficiente culmina no aumento da violência e da criminalidade no município, que se torna atrativo, não somente para os que buscam trabalho, mas também para aqueles que usam o território para prática de ilícitos.

Em cognição sumária o que se percebe é que a atividade de exploração mineral agrega muito mais problemas do que soluções; a riqueza que sai do solo cananense não é verticalmente usufruído pelos ocupantes daquele territorial. Há pouco aproveitamento da riqueza gerada, seja por falhas de gestão, seja por falta de políticas públicas eficientes. A riqueza é altamente concentrada e a distribuição dessa riqueza é módica e precária.

Os processos de transformações socioespaciais, as multiterritorialidades e os diversos atores atuantes sobre o território de Canaã dos Carajás nos remetem à busca constante por compreender o fenômeno da ocupação demográfica, em razão da exploração da atividade minerária, a fim de harmonizar as relações de poder e minimizar as consequências negativas advindas dessa atividade no meio social.

A questão da segurança pública em Canaã dos Carajás surge como um desafio para Estado do Pará e o problema ganha tanto mais relevância e visibilidade

pública quanto são as ocorrências de práticas ilícitas que contribuem para o aumento dos índices de criminalidade naquele território.

Os problemas relacionados com o rápido crescimento populacional, a lentidão das ações e processos no âmbito do poder público, a escassez de recursos, as deficiências de gestão, são alguns fatores a se considerar quando se realiza um estudo analítico do problema do aumento na contratação das taxas de criminalidade e da sensação de insegurança no município.

Observa-se no desenvolvimento das ações do poder público, a carência de ideias inovadoras para desenvolvimento e oferta de um serviço de segurança satisfatória, para atender as reais necessidades da população de Canaã dos Carajás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D. V. *Crescimento Demográfico e os Impactos Socioespaciais no Município de Parauapebas*. 2012. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia - Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Pará, Parauapebas-PA.

BECKER, B. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (Org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p.1-21.

COSTA, R. H. da. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Tradução de Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Coleção tópicos.

GOTTMANN, J. *The significance of territory*. Charlottesville, Va.: University Press of Virginia. 1973.

_____. The evolution of the concept of territory. *Soc. Sci. Information*, vol. 14, n. 3/4, p. 29-47, 1975.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Cidades: Canaã dos Carajás*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150215&search=para|canaa-dos-carajas>>. Acesso em: 10 de dez. 2015

LEFEBVRE, H. *Espacio y Política*. Barcelona: Península, 1976.

MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1983.

NASCIMENTO, E. P. do. *Violência e Segurança Pública no Brasil e na América Latina. Violência Urbana: o eixo da conjuntura social brasileira no final do século XX* In: _____. *Políticas de Segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais*. Recife: Editora Massangana. 2002, p. 13-31.

RATZEL, F. *La géographie politique. Les concepts fondamentaux*. Translated by François Ewald. Paris: Fayard, 1987.

_____. *Ratzel*. Tradução de Antônio Carlos Robert de Moraes. São Paulo: Ática, 1990.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SACK .R. D. *Territorialidade Humana: sua teoria e história*. Cambridge University Press. 1986.

SAQUET, M. A. *Os tempos e os territórios da colonização Italiana*. Porto Alegre: EST Edições, 2003 (2001).

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A força do lugar. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 249-273.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, J. M. P. da. *Território e mineração em Carajás*. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.